

CARLOS ANDRÉ COTRIM DOS SANTOS

Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade

GUIA PRÁTICO

**POVOS INDÍGENAS NO SERTÃO DA BAHIA:
ABORDAGEM NECESSÁRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA
E CULTURA INDÍGENA.**



CAETITÉ - BA
2024



FICHA CATALOGRÁFICA

S273p Santos, Carlos André Cotrim dos - 1989

Povos indígenas no Sertão da Bahia: Abordagem necessária no Ensino de História e Cultura Indígena. / Carlos André Cotrim dos Santos, 2024.

62 folhas

Orientador: Prof. Dr. Nivaldo Osvaldo Dutra
Guia Prático (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação Em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS Caetité, 2024.

ISBN:

1.Índios. 2. Sertão. 3. Ensino.

I. Povos Indígenas no Sertão da Bahia II.
SANTOS, Carlos André Cotrim dos.

CDD - 980 1

CAETITÉ -BA
2024

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Povos Indígenas No Sertão da Bahia. Abordagem necessária no Ensino de História e Cultura Indígena.

ORIGEM DO PRODUTO: Pesquisa de Mestrado com o título: “O pertencimento das “loiceira” na localidade de São Miguel e outras possibilidades de Ensino, com histórias e culturas indígenas no Alto Sertão da Bahia.”

AREA DE CONHECIMENTO: Ensino de História

PUBLICO ALVO: Docentes e estudantes da Educação Pública e Privada

FINALIDADE: Colaborar com as práticas de Ensino acerca das temáticas indígenas

ORGANIZAÇÃO: Carlos André Cotrim dos Santos

DIVULGAÇÃO: Impresso e digitalizado

IDIOMA: Português

PAÍS: Brasil

DISPONÍVEL: <https://saberaberto.uneb.br/collections/3efdd15d-033e-48af-b2c1-3034ea526104?cp.page=1>

SOBRE O AUTOR



Carlos André Cotrim dos Santos, Licenciado em História (Universidade do Estado da Bahia), Mestre em Ensino, Linguagens e Sociedade, (Universidade do Estado da Bahia).

SOBRE O ORIENTADOR



Nivaldo Osvaldo Dutra, Licenciado em História pela (Universidade Federal da Bahia), Especialista em História Social (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), Mestre e Doutor em História Social (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia.

SUMÁRIO

07

*Reflexão
acerca da
temática*

09

Apresentação

10

Objetivos

11

PARTE 1:
Dicas para
produzirmos
nosso material
didático

20

PARTE 2: A
experiência
com as
loiceiras de
São Miguel.

32

PARTE 3:
Fontes para
estudo das
Histórias e
Culturas
indígenas no
Alto Sertão.

38

PARTE 4:
proposta de
sequência
didática para
8ª Ano.

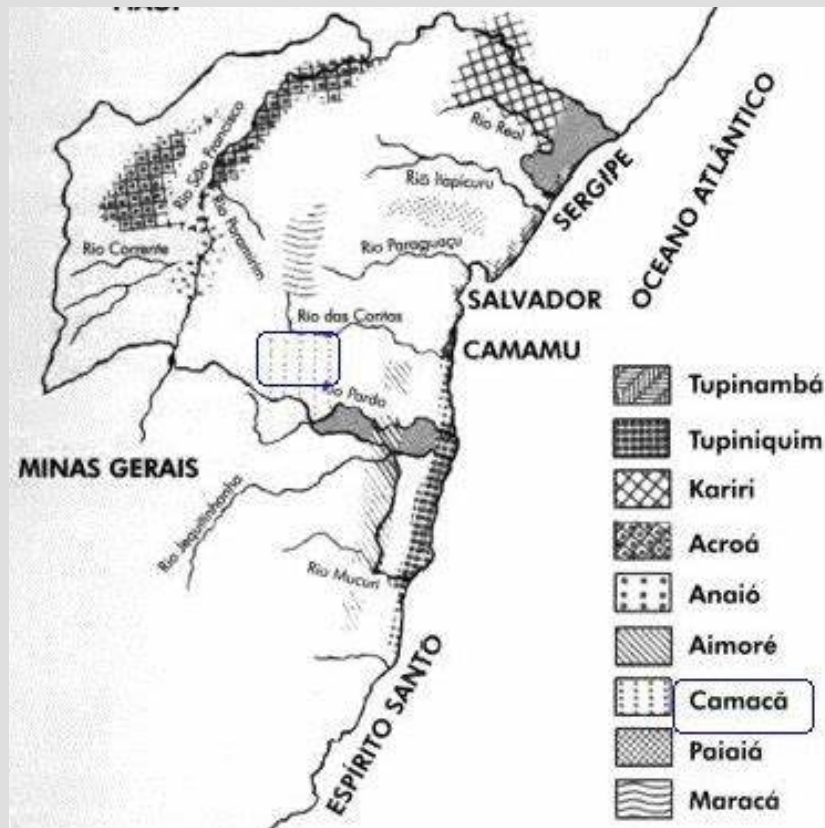
58

PARTE 5: Outras
possibilidades de
Materiais para
estudo da
História e Cultura
Indígena.

60

Referências

Reflexão acerca da temática



Fonte: Caderno de Cultura do Município de Caetité.

Disponível em: <https://www.geocities.ws/caetitecultura/caderno4conclui.html>

Em seu livro “Vestígios da cultura indígena no sertão da Bahia” Carlos OTT (1945), registrava a presença de povos Kamaçãs desde o século XVI, na região em que compreende o atual sudoeste da Bahia. Fato que se confirma em outros escritos, como Washington Nascimento (2021) e Renata de Oliveira (2012), apontando povos Kamaçãs e Kariris. Outros estudos, com viés arqueológico, divulgado pela Zanettini (2012) próximo de Caetité, apontam povos caçadores, coletores e populações Macro-jês e Tupis.

A partir dessas informações, podemos traçar um panorama, com o qual atesta a histórica presença de populações indígenas vivendo nessa região. Inclusive, é importante ressaltar que as importantes contribuições arqueológicas de Zanettini (2012), evidencia Histórias indígenas de longa duração, portanto, rompendo com as opções em que contávamos essas Histórias a partir da colonização.

Tais estudos mostra que, a colonização é um dos fatores, os quais por diferentes motivos, seja assassinatos, fugas, assimilação cultural, acabou por dizimar parte essas populações, ou forçando-as a conviverem com outras sociedades não indígenas, em espaços territoriais não mais caracterizados como indígenas, produzidos em áreas de colonização mais antiga a impressão de desaparecimento dos sujeitos indígenas.

Conforme defende Pacheco de Oliveira (2016), a colonização é mais um capítulo na História dos Povos Indígenas, marcada pelas violências, mas também História que precisa ser observada do ponto de vista dos indígenas, que resistiram e resistem as essas violências, seja elas físicas, sexuais, institucionais, territoriais, étnicas, culturais.

O mesmo João Pacheco de Oliveira, nos anos 1990, já contava com raciocínio, o qual contestava Historiadores e mesmo antropólogos, que insistiam em atestar o desaparecimento dos povos indígenas, ou considerá-los em uma conjuntura de não sujeitos, (eternos jovens), sem História. Para Pacheco de Oliveira (2016), os indígenas, sobretudo nas regiões de Nordeste brasileiro, estavam vivendo junto a outras populações, em territórios de sertões.

Essa constatação, vista por esse antropólogo, tem sido replicada por outros pesquisadores, alguns também nativos, os quais tem visto nos indígenas novas denominações. As novas denominações, são resultantes dos processos de violências sofridas e os caminhos que essas pessoas passaram a percorrer para continuarem vivos.

Aspectos, como a produção de artesanato de barro, a memória oral, cultura material e demais aspectos culturais que persistiram, vêm sendo explorados para identificar e compreender os novos pertencimentos. Os indígenas, principalmente no Nordeste, recriaram e assumiram outros modos de pertencimentos. A produção de louça de São Miguel, é um elemento de comprovação das misturas étnicas e culturais, e persistências dessas populações.

Trata-se do direito a História desses e outros indígenas, invisibilizados historicamente. Posicionar esses sujeitos em suas muitas possibilidades, históricas, culturais, vivências, é uma forma oportuna à visibilidade étnica e pertencimentos, bem como, o encaminhamento para políticas de afirmação dos muitos indígenas que vivem em território nacional.

Apresentação

Este Guia, tem como origem a pesquisa de Mestrado intitulada “O pertencimento das “loiceira” na localidade de São Miguel e outras possibilidades de Ensino, com histórias e culturas indígenas no Alto Sertão da Bahia”. Em regiões de colonização antiga, caso do Nordeste, os indígenas são invisibilizados, permanecendo com seus pertencimentos étnicos e culturais em silêncio. Assim, o ensino das temáticas indígenas é oportuno para intervir nessa realidade.

Em partes, esses silêncios têm sido reforçado por pesquisadores e pela literatura científica, tendo como consequências os desdobramentos desses silêncios, na formação de professores, na produção de materiais didáticos e, mesmo nas legislações educacionais, como a Lei 11645/2008. Essa última, assim como os conhecimentos acerca dos indígenas, é colocada em posição secundária, nos diferentes Níveis de Ensino.

As práticas de ensino, acerca de temáticas indígenas, precisa considerar as especificidades de cada local. Quanto ao cumprimento dessa necessidade, foi observado em pesquisa, que o cumprimento das exigências legais comportam alguns problemas, dentre eles a dificuldade para reconhecer os indígenas, a partir de uma realidade sertaneja, sendo também de “índios misturados” .

O Guia, que elaborei, vem enquanto proposta para esclarecer aos professores e alunos, os caminhos que as sociedades indígenas seguiram no sertão da Bahia, se reorganizando tanto junto a indígenas, quanto não indígenas. O Guia Prático foi uma forma, a qual encontrei, para contribuir com a elaboração de materiais didáticos, sugestões de atividades, fontes de pesquisas, e a ampliação de educação intercultural indígena, a partir da noção de regionalização dessas pessoas.



Fonte: Canva

Objetivos

Objetivo Geral

Aplicar o conceito de “indígenas misturados” nos componentes curriculares das diversificadas, enquanto estratégia para o cumprimento das exigências que decorrem da lei 11. 645/08 sobre o Ensino da História e Cultura Indígena no Sertão Baiano.

Objetivos Específicos

- Informar acerca dos lugares de memórias indígenas no sertão da Bahia.
- Conhecer a trajetória histórica e cultural de alguns povos indígenas do sertão.
- Incentivar práticas de ensino que adequem a realidade indígena regional, a partir da produção de material didático pelos professores e alunos.
- Estimular práticas de ensino interculturais para aprender, interagir e respeitar os diferentes sujeitos étnicos e culturais.



Fonte: Canva

PARTE 1

AOS PROFESSORES

**DICAS PARA
PRODUZIRMOS NOSSO
MATERIAL DIDÁTICO**

Os Kariris da Panelada

O endereço, logo abaixo, te levará para um documentário produzido pela “TV Nossa Terra, Nossa Gente”. O documentário, visa apresentar algumas informações acerca dos moradores da Rua da Panelada, cidade de Rio de Contas- Ba. Por meio do documentário, é possível atentar para Histórias indígenas, bem como a composição étnica dessa população constituída por população Indígenas e Negras.



Os moradores da rua da panelada, em Rio de Contas, constitui um exemplo a ser constado em outras localidades do sertão da Bahia. Os indígenas estão por aí, em bairro, em comunidade, em espaços públicos, nas Escolas e Universidades, em intensos processos de resistências. É nosso dever, enquanto pesquisadores, professores, cidadão, brasileiros, nordestinos, aprender ouvir e enxergar essas pessoas.

O documentário fornece dicas imprescindíveis para acessarmos a essas Histórias, e pessoas também, em outras localidades do sudoeste baiano.

Dicas procedimentais para estudo da História Indígena no Alto Sertão.

Considerarmos a existência de memórias orais, literatura, vestígios materiais, com as quais é possível acessarmos povos indígenas.

Ter a sensibilidade em perceber que, as populações indígenas, dos sertões da Bahia, podem está convivendo junto a outros grupos sociais, inclusive com identidades contrastantes.

Pensar que características físicas, cor de pele, tipo de cabelo, é também uma construção do colonizador, em raros momentos, permitirão identificar essas populações no sertão.

Considerar as possíveis novas denominações, que essas populações agenciaram em seus processos de resistências, as violências étnicas, culturais, sexuais, territoriais e epistêmicas, com as quais passaram a conviver, a partir da colonização.

Considerar os saberes e fazeres, dos povos indígenas, presentes na cultural da região, bem como os processos de trocas, adaptações, assimilações que envolve tanto saberes indígenas, quanto não indígenas.

Apropriarmos de conceitos como: etnogêneses, etnologias, retomadas e emergências étnicas

Breve colocações acerca da História e Cultura indígena no sertão baiano.

A primeira questão, a se considerar, é o próprio conceito de índio e indígenas. Autores como Daniel Munduruku, Ailton Krenak e outros pensadores indígenas têm apontado as controvérsias, que existem com relação ao termo “índio”, denominação dada pelos colonizadores de Portugal e da Espanha, as pessoas que viviam nas Américas, quando houve as invasões, considerando que todas as pessoas eram iguais.

Tem sido recorrente, por parte desses mesmo pensadores, a defesa da denominação “Indígenas”, cuja significante remete a “natural do lugar em que vive” e, nesse caso, representaria com mais exatidão a diversidade de pessoas, culturas, línguas, etnias e Histórias.

Conforme defende João Pacheco de Oliveira, as populações indígenas, sobretudo em regiões, no qual ocorreram a primeira colonização, sofreram com mudanças bruscas. Muitos indígenas, ao serem inseridos ou se juntarem a povos não indígenas, perderam parte de suas trajetórias étnicas, enquanto povos originários. Em meados do século dezenove, foram inseridos pelo Estado, sobre a alegação de não mais serem indígenas, na condição de mestiços, trabalhadores rurais, pardos, caboclos, dentre outras denominações.

Sobretudo, aquelas pessoas que não eram mais reconhecidas pelo Estado enquanto indígenas, por “não se parecerem indígenas”, se instalam junto a quilombos, comunidades rurais, bairros periféricos, como destacam Matos (2021) e Nascimento (2021). E mesmo essas populações tendo absorvido hábitos totalmente avulso, não perderam de tudo suas lembranças e práticas culturais indígenas.

Trata-se de um processo muito complexo, pelo qual muitas populações indígenas, conforme Pacheco de Oliveira (2016) e Matos (2021), produziram muitas experiências sociais e históricas para os indígenas do Nordeste e, em alguns casos, a tentativa de retomadas levaram essas populações a outras identidades, experiências sociais e culturais diversas.

Esses processos, são a todo momento mobilizados por conflitos e tensões, principalmente diante da sociedade não indígena, planejada pelo Estado, desde meados do século XIX, sobre alegação racial de desaparecimento dos indígenas. A novas denominações, conforme apontei em consonância com Santos (2024), é também uma maneira, com a qual essas pessoas encontraram para continuarem vivos.

Povos indígenas nos Sertões do Nordeste



Povo Panelheiro, Mogoyó da Batalha, Lagoa do Arroz, Ribeirão dos Panelheiros, Vitória da Conquista (BA). Por mais de séculos, o povo mogoyó, eram dados como desaparecidos, dizimados até sua emergência.



Povo Kariri Sapuyá, Jequié (BA). Até pouco tempo, os Sapuyá eram confirmados apenas entre os Pataxós-Hã-Hã-Hãe no Sul da Bahia. Suas emergências vêm sendo atestada em Jequié e região, local por onde muitos permaneceram em seus deslocamentos.



Povo Xocó da Ilha de São Pedro (SE). Constitui também grupo com emergência étnica, a partir de misturas sociais e culturais no sertão nordestino. A memória ancestral indígena e, também, negra faz parte do processo de resistência e retomada étnica do grupo.

O Ensino pautado pela interculturalidade

O dia 19 de abril, é marcado nas escolas brasileiras por algumas atividades, com as quais procura-se “comemorar” o “dia do Índio” ou “dia dos povos indígenas”. Sobretudo, nas escolas não indígenas, a data é marcada por uma série de atividades como, brincadeiras, produção de fantasias, produção de vídeos, atividades recreativas, com as quais dizem muito mais sobre a realidade das propostas educacionais acerca das temáticas indígenas, do que dos próprios indígenas.

Para pensarmos isso, a partir de realidades históricas e micro, autores como Oliveira (2012), faz um panorama histórico, estudando os indígenas Camaçãs Mogoyós, no Município de Vitória da Conquista. Segundo a pesquisadora, o processo de ocupação daquela região acarretou tanto a dizimação dessas populações, por meio de assassinatos e expulsões, quanto pela construção de uma memória, com a qual os indígenas Mogoyós fossem vistos na condição de passado, folclóricos. A memória, que seguiu essa região, passou a ser os grandes feitos do colonizador e o progresso.

A História, descoberta por Oliveira (2012), na região do atual Vitória da Conquista, se parece em alguns pontos com aquela contada pelos memorialistas e oralidade local, no município de Caetité. Conforme atestei em Santos (2024) e, também se repete em outros autores regionais, como Matos (2021). Os indígenas, são invisibilizados na História dos municípios, colocados na condição de passado, dando lugar a narrativas de progresso, com as quais negam a existência dessas pessoas.

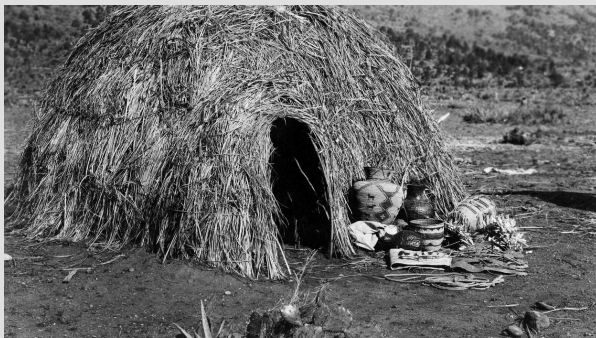
Althusser (1985) pontua a Escola, enquanto um aparelho ideológico de Estado, que assim como este último, está a serviço das classes hegemônicas.

Para o Estado, é interessante manter a reprodução de estereótipos e o apagamento das Histórias e culturas dos povos indígenas, tanto porque as classes hegemônicas, como o Estado brasileiro, é concebido sobre muito sangue indígena, implicando em roubo de terras e a imposição de um tipo de sociedade, pautado no capitalismo, que por natureza, se move pela desigualdade e racismos estruturais.

Autores, como Bittencourt (2013) e Kaiapó e Brito (2014), argumentam acerca da desatualização das temáticas sobre a História e Cultura dos povos indígenas nos currículos, e destacam a carência de material didático que verse quanto a realidade dos povos indígenas, sem colocá-los na condição de derrotados e homogêneos. Argumentos que reforçam a percepção de práticas no ensino da temática indígena, pautadas na invisibilidade e discriminação.

Não considera a diversidade de Histórias, culturas e temporalidades desses sujeitos, prática essa que o Estado já realizava, desde o século XIX, quando em regiões como o Nordeste, havia se constituído uma sociedade muito diversa, porém, invisibilizada por meio de mitos raciais. Conforme aponta Pacheco de Oliveira (2016), do ponto de vista da composição social, as populações indígenas do Nordeste passaram a comportar diversidades muito ampla e pouco reconhecidas, devido à ideia movidas por sinais diacríticos e estereotipadas sobre os indígenas em território nacional.

Vale ressaltar, que a caracterização física dos povos indígenas, e a tentativa de homogeneizá-los, já estavam presente desde os primeiros contatos com os portugueses e espanhóis. O que ocorre posteriormente, tanto dentro do império, quanto das Repúblicas, é a perpetuação dessas ideias movidas pelo racismo.



Fonte: Canva



Fonte: Canva

Imagens como essas, está em nosso imaginário, são reproduzidas pelas mídias, por alguns materiais didáticos, etc., os indígenas não são vistos enquanto diversas populações em etnias. Pelo contrário, imaginários reducionistas, orientam várias de nossas práticas, ao imaginarmos os indígenas com características de similaridade cromáticas e culturais. Nem todos os indígenas circulam em canoas ou vivem em ocas, e se assim fazem, é preciso buscar explicações, procurar entender essas pessoas dentro de suas especificidades, culturais, étnicas, regionais.

De acordo com Pacheco de Oliveira (2016), os “Índios Misturados” representam uma oportunidade para conhecermos essas diversidades, porque muitas populações, em processos de retomadas étnicas, podem apresentar práticas culturais, línguas, costumes, saberes e histórias, as quais são totalmente diferentes do que já se tem conhecimento acerca dos indígenas. Podem ser grupos que retomaram com denominações vinculadas a um lugar, a uma prática cultural, a um familiar, e mesmo nessas situações, durante seus processos históricos, podem ter inserido em suas práticas, saberes, cotidianos e experiências que decorrem de outros grupos sociais não indígenas.

Contudo, o que se percebe é que essa diversidade de sujeitos e, situações sociais e culturais são invisibilizadas, os reflexos disso, se manifestam, por exemplo, na educação, que se pauta pela ideia de interculturalidade. Essa última, para acontecer, de acordo com Silva e Rebolo (2017), necessita de cenários sociais “multiculturais”. Para isso, os mesmos autores consideram um desafio para a escola reconhecer as muitas culturas, que estão inseridas dentro dela, principalmente, porque desde a origem da escola, esta vem se mostrando homogeneizadora de pessoas.

Segundo Silva e Rebolo (2017), existem algumas contradições, as quais tornam a educação intercultural desafiadora, tanto para a Escola, quanto para os professores. Ao considerarem o Estado, enquanto principal coordenador das demandas educacionais, percebem que este é contraditório em vários momentos, sobretudo a partir de legislações por este criadas. Citando um caso interessante, as autoras observam, por exemplo, o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei, e discordam da praticidade, por outro lado, a escola que deveria ter o papel de mediar a igualdade perante a lei, mantendo os princípios das diferenças, étnicas, culturais e sociais, reforçam a homogeneização das pessoas.

A partir dessa constatação, Silva e Rebolo (2017) sugerem que a escola, por meio dos seus diferentes atores, possam buscar mais autonomia, isso perpassa a própria noção de interculturalidade, enquanto grito para direitos iguais, perante a lei e direito a diferença. Para tanto, as autoras, sugerem uma Escola que, no seu dia-a-dia, deva está mais aberta ao diálogo, com os diferentes sujeitos que à frequentam, ou que estão aos

arredores, tendo em vista que, são esses sujeitos que podem informar acerca das suas especificidades de saberes, demandas, identidades, culturas.

Conforme a leitura em Silva e Rebolo (2017), existe um sistema com causas e consequências, com os quais vêm tardando a proposta de educação intercultural, seja o próprio Estado, ao promover currículos e metas a serem seguidas impositivamente, seja na estrutura das escolas, pautada por hierarquias, seja na produção de conhecimentos, acerca da diversidade de sujeitos, com os quais comprometem a formação de professores. Isso também foi constatado por Santos (2024), diante da região alto sertaneja.

Como pontua Santos (2024), para as regiões de sertões, os povos indígenas podem estar mantendo contatos interétnicos, outras culturas, histórias compartilhadas e permanecendo no anonimato. A Escola é um meio oportuno para tomarem conhecimento dessa diversidade, que são os indígenas dos sertões da Bahia, aqueles que foram viver em comunidades rurais, bairros, quilombos e que estão nos diferentes espaços sociais.

Isso, conforme sugerem Silva e Rebolo (2017), não é uma ação que irá vir do Estado, conforme conhecemos historicamente, os povos indígenas vêm sendo tratados como inimigos pelo Estado, o qual desde meados do século XIX, vem criando mecanismos para muitos sujeitos indígenas permanecerem no anonimato. O conhecimento desse outro, perpassa a produção de conhecimentos acerca dessa temática, o que primeiramente, exige dos professores, pesquisadores e das instituições de Ensino considerar que esses sujeitos vivem.



PARTE 2

AOS PROFESSORES

**A EXPERIÊNCIA COM AS
LOICEIRAS DE SÃO
MIGUEL.**

O grupo de loiceiras, memórias orais, trajetória, materialidade e identidade.

A experiência com as “loiceiras” de São Miguel e a produção de loiças de barro, foi objeto de estudo da dissertação de Mestrado de Santos (2024). O estudo feito junto a essa população mostrou o quanto, apenas esse grupo de pessoas, foi se constituindo em uma diversidade muito grande de situações presentes, tanto na memória oral, quanto na materialidade das loiças, produzidas naquela região.

Duas questões foram consideradas por Santos (2024), a memória oral das loiceiras e a produção material de loiças. A memória oral das participantes, informou uma ancestralidade indígena, informando a bisavó. Mesmo percebendo que as pesquisas, acerca da materialidade das loiças de produção local/regional, apontavam influências em grau menor de tecnologias indígenas, Santos (2024) propôs não descartar as memórias orais, as quais informavam a presença indígena na constituição da família de loiceiras.

Empenhado em compreender como a identidade indígena foi silenciada nessa população. O autor, conseguiu evidenciar que, muitas circunstâncias contribuíram para esse silenciamento, as ações do Estado brasileiro, transformando indígenas em trabalhadores rurais; a adoção de discursos pela população não indígena, acerca do desaparecimento desses; as violências físicas, epistêmicas, culturais e sociais que produziram silêncios, quanto a identidade pública indígena; os encontros sociais e culturais vividos por essas pessoas, a outros grupos não indígenas, negros e brancos; e as demandas históricas, como a influência de loiças estrangeiras para a região.

A partir dessa pesquisa, constatou silenciamentos e visibilizações, acerca da trajetória dessas pessoas, homogeneizando-as enquanto agricultores. Santos (2024) percebeu em análise da materialidade das loiças produzidas em São Miguel, a influência de saberes e fazeres, de culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras e também europeia. Obviamente, com muitos graus de disparidade, com os quais essas pessoas tiveram que desenvolver muitas estratégias e acordos resultando no pertencimento das “loiceira”.

No caso em questão, as pessoas de São Miguel, as quais passaram a se denominarem enquanto loiceiras, principalmente pelo empenho feminino na constituição dessa família, quanto na preservação dos saberes e fazeres com argila, partindo de uma trajetória indígena. Em meio a essas trajetórias, as várias violências nunca foram cessadas, o que exigiu dessas pessoas, constantes investidas em promover a sobrevivência alimentar, cultural, étnica, familiar e territorial em constantes processos de tentativas de retomadas.

Conforme concorda o autor, com outros estudos, a exemplo de Zanettini (2012), Amaral (2019) e Souza (2015), estes últimos, versando acerca da materialidade das loiças do Nordeste, com influências e transformações. Santos (2024) considerou um fator importantíssimo, que são as violências culturais e, sobretudo, étnicas e epistêmicas. Dessa forma, mesmo com a influência de outras culturas e temporalidades, essas pessoas não deixaram de ser indígenas, foram silenciadas.

Pacheco de Oliveira (2016) e, autores como, Bartolomé (2006), consideram os processos de etnogêneses das populações do Nordeste, da América Latina muito diversos, sobretudo quanto as suas retomadas. Visto nessas circunstâncias, as loiceiras de São Miguel, não deixaram de fazer parte de uma tradição de saberes, decorrente de uma família indígena. Foram violentadas desde a colonização, roubadas em terras, dignidade, culturas e etnias, sendo obrigadas a inserirem em uma sociedade alto sertaneja, marcada pela desigualdade econômica e territorial, justificando as mudanças nas loiças.

Para continuarem vivos e residentes na região, essas pessoas adotaram outros traços culturais, presentes nas loiças, na religião, na agricultura e na identidade étnica. O que permite seguir os estudos de Pacheco de Oliveira (2016) e Bartolomé (2006), quando argumentam que vários grupos étnicos, em processos de retomadas, tanto no Nordeste brasileiro, quanto nas demais regiões da América Latina, apresentavam comportamentos, culturas e denominações, totalmente diferentes de séculos anteriores.

A materialidade das loiças contam Histórias.

Em seu livro, “Apologia da História ou o ofício do Historiador”, escrito por Marc Bloc, enquanto estava preso em campos de concentração Nazista, neste livro Bloc dizia “A diversidade de testemunhos históricos são quase infinitas, tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele” (Bloc, 2001, p. 79).

O autor traz a relação entre as experiências protagonizadas pelos sujeitos, enquanto produtoras de vestígios, pelos quais permitem reconstituir parte das Histórias produzidas pelos sujeitos. Algo que é produzido pelos sujeitos e que pouco tem sido analisado pelos Historiadores da região sudoeste, são os vestígios materiais, muitos desses, como as loiças de barro, presentes entre as populações da região.

Ainda de acordo com (Bloc, 2001, p. 79), “[...] os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”. O mesmo autor, ainda complementa informando a necessidade de um direcionamento nas buscas históricas. Por isso, faz tão necessária a compreensão de que, a materialidade das loiças do sertão, é também um indicativo da existência de diferentes sujeitos, indígenas, negros, afro-brasileiros e europeus.

Noções de que essas populações tenham se misturado em culturas, identidades étnicas e práticas de saberes e fazeres, são também indispensáveis. Em pesquisa inédita para a região Sudoeste, mais precisamente, Alto Sertão, Zanettini (2012) evidenciou em suas pesquisas, a recorrência de materiais do tipo loiças e outros materiais, obviamente, com indicativo de diferentes períodos de ocupações, por populações de caçadores coletores e ceramistas, como no Sítio Terra Vermelha.

O que Zanettini (2012) chama em linguagem científica de caçadores coletores são grupos, os quais mais tarde, durante a colonização, serão denominados de “índios”. Ou seja, considera haver populações para essa região, as quais teriam desenvolvido tecnologias, como a produção de vasilhas, muito antes da chegada de outros povos não indígenas, europeus e africanos. Conforme destaca o relatório arqueológico, para a região foi constatada por meio das cerâmicas, tecnologias primeiramente vinculadas a grupos Tupis e Macro Jê.

Sobre o Sítio Terra Vermelha, Zanettini (2012) reconheceu tecnologias nas cerâmicas, as quais se vinculam a grupos Macro Jê, e ainda destaca a lógica de sociedade, que foi se instalando após contato com outros povos não indígenas, era baseada no mercantilismo e múltiplos encontros, mas “é possível separá-los por meio das características dos estigmas que em maior ou menor grau denunciam os modos de fazer, as cadeias operatórias e as escolhas tecnológicas” (Zanettini, 2012, p. 695).

Conforme Galhardo, Faccio e Luz (2015), o conceito de cadeia operatória vem da Antropologia, passando a ser utilizado por arqueólogos e outros estudiosos, sendo que sua definição mais usual vem de autores como Cresswell (1976), “[...] uma série de operações que transforma uma matéria-prima em um produto, quer seja objeto de consumo ou utensílios” (Galhardo, Faccio, Luz, 2015, p. 12).

Conforme explica os autores, a Cadeia operatória decorre de conhecimentos técnicos, os quais são necessários para desenvolver o objeto desejado. O que necessariamente exige uma investigação prática e aproximada das técnicas para se conhecer a tecnologia. Obviamente, em alguns casos, isso perpassa comparações e conhecimentos prévios, acerca da tecnologia. Todo objeto, independente de tempo, povos e lugar, possui um processo técnico para torná-lo útil.

Categoria das peças	Fragmentos de bordas. Fragmentos de paredes	1142 fragmentos com análise de 40% +- 685
Tipo de antispástico	Quartzo, mica e fildaspo Quartzo e mica	34,47% 64,68%
Espessura do antispástico	De 0,11 – 0,30 cm Até 0,1 cm	37,04% 59,96%
Frequência do antispástico	Pasta média Pasta fina	24,84% 73,45%
Técnica construtiva	Modelado Acordelado	1,92% 98,8%
Técnicas de acabamento superfície interna	Englobo Alisado	13,70% 85,87%
Técnicas de acabamento superfície externa	Englobo Alisado	23,34% 76,02%
Tipos de queimas	Redutora Oxidante	6,85% 93,15%
Aspectos morfológicos	11 a 13 mm 4 a 7 mm 8 a 10 mm	11,98% 31,91% 51,18%
Tipos de lábios	Planos Arredondados	3,33% 95,00%
Espessura de lábios	3 mm 5 mm 4 mm	22% 22% 40%
Marcas de uso	Marcas de fuligem Não identificado	2,59% 97,20%

Fonte: Zanettini (2012)

A tabela acima, é um informativo acerca da cadeia operatória, estudada pela Zanettini (2012), por meio de fragmentos de loiças, decorrentes do Sítio Terra Vermelha. Através do estudo desses fragmentos, compreendeu o comportamento da tecnologia desenvolvida pelas populações habitantes da região em que foi localizado o Sítio. É interessante pontuar que, a materialidade do sítio em questão, em sua maioria, está vinculada às populações Macro Jê, ou seja, esses sujeitos eram produtores de materiais, para provavelmente, utilidades nos seus cotidianos.

Basicamente, as técnicas de produção de loiças, se desenrola por meio de um conjunto de técnicas como: manufatura (tipo de matéria-prima, modo de coleta, local, transporte, preparo da massa, tipo de modelagem, largura das paredes, formato, tamanho, formas técnicas de decoração); tratamento da superfície (tipos de instrumentos, local, materiais auxiliares); técnicas de queima; (tipo de forno, tipo de combustível, local, tempo, temperatura, queima oxidante, redutora, neutra).

Essas observações são oportunas, porque permitem, por exemplo, identificar permanências e mudanças, entre tecnologias decorrentes de uma sociedade para outra, bem como, compreensões acerca dessas mudanças. O sítio Terra Vermelha, possui algumas técnicas, as quais reproduzem nas loiças produzidas na região, artesanalmente, sendo: a predominância de formas arredondadas de paredes e lábios; técnicas de acabamento por alisamento; e, o acordelado como prevalente na construção.

Isso, é indicativo que, as técnicas desenvolvidas por grupo macro Jê, tenham prevalecido na produção de loiças local, inclusive, se considerarmos encontros entre grupos indígenas e não indígenas, essas técnicas tenham prevalecido entre outras populações, também fazedoras de artesanato de barro. Equivale sugerir inclusive, que a adaptabilidade dessas técnicas tenham favorecido a outros sujeitos na região. É preciso inclusive, pensarmos povos africanos e afro-brasileiros, utilizando tais conhecimentos na região.

Outra questão, que se faz interessante, é quanto as mudanças em relação ao tipo de queimas, espessura, formas, tipos de matérias-primas, acabamento, tipos de loiças, finalidades e destinos. Mesmo tendo sido encontrado tais tecnologias no Sítio em questão, isso não significa que novas descobertas apresentem outras tecnologias desenvolvidas pelo povo macro Jê. Ou mesmo, as tecnologias tenham sido influenciadas por outras técnicas, até mesmo não indígenas.

Isso, perpassa considerar alguns fatores, como os lugares onde a tecnologia se manifesta, o tipo de sociedade, o período, fatores climáticos e territoriais, e até mesmo fatores externos ao lugar. Por exemplo, as sociedades formadas na região alto sertanejas, no decorrer da colonização, tinham outras características daquelas vividas por povos, como o macro Jê. Baseadas na produção e consumo, na fixação em localidades consideradas produtivas, circulação de diferentes sujeitos étnicos e culturais, imposição de saberes pela violência.

Todos esses fatores influenciam mudanças e permanências, acredito que algumas características vistas no artesanato do Sítio terra vermelha, tenham persistido pelo conhecimento e aplicabilidades desses conhecimentos com a região, o que também se equivale aos saberes com a agricultura praticadas em solos úmidos e próximos a rios. No entanto, essas mesmas técnicas podem ter sofrido alterações com os encontros junto a outros grupos, como povos negros ou mesmo o deslocamento dessas populações para territórios com ambiente de produções diferentes.

Por exemplo, as técnicas de queima, decorrente do Sítio Terra Vermelha, têm como prevalência o tipo oxidante, o que resultariam em loiças mais avermelhadas, porém, dependendo do tipo de argila empregada, os resultados podem ser outros. Um mesmo processo de queima, pode resultar em diferentes tonalidades de loiças.

Cadeia operatória das loiças produzidas em São Miguel

Cadeia operatória em São Miguel.

□ **Seleção da matéria-prima, tipo de barro, explicações.**

Barro: Branco ou roxo

Retirada: Escavações locais de conhecimento prévio, lagoas, proximidades do Rio Naninha.

Transporte: Em pequenas quantidades em recipientes de plástico carregados na cabeça.

□ **Tratamento da matéria-prima.**

Seleção e tratamento da matéria-prima: A seleção ocorre no momento de coleta, a loiceira já sabe os resultados, para barro branco e barro roxo. Retiram-se restos de plantas, pedras, torrões, solos diferentes, conserva-se apenas o barro, seja este branco ou roxo.

□ **Confecção das loiças.**

Técnica de modelagem: Acordelada

Tratamento do acabamento: Alisado

Tipo de pinturas: Pode correr de dois modos, com barro branco ou com Tauá.

Modo de secagem: Exposição ao sol

□ **Queima**

Tipo de fogo: O fogo durante a queima é controlado pela loiceira, começando em fogo muito baixo.

Tipo de forno: Covas na encosta de barrancos.

Tipo de queima: Controlada/Esquentar decorrente de fogo lento e cardar, porque depois que as loiças esquentam insere fogo rápido.

Modo de organização das loiças: Loiças maiores são colocadas primeiro, loiças menores são acrescentadas nas maiores, ou como escoras.

Tipo de lenha: Gravetos e madeiras mais grossas de caatinga, não utiliza troncos.

Cor das loiças. As cores podem variar, e depende da matéria-prima, se foram confeccionadas com barro branco a coloração tende a ser mais avermelhada, se foram confeccionadas com barro roxo, tendem a ser de cor branca.

Destino: Comercialização na própria residência, e feiras da região, como Caetité, Rio do Antônio, Guanambi, Ibiassucê.



Fonte: arquivo do autor

As loiças produzidas pelas loiceiras de São Miguel decorrem de dois tipos diferentes de matéria-prima, barro branco que queima vermelho e barro roxo que queima branco. O barro roxo decorre geralmente de lagoas, enquanto o barro branco vem da encontra de rios.

Fonte: arquivo do autor



O barro proveniente de lagoas não são utilizados com frequência para construir as loiças, tendo em vista que o deslocamento se torna distante, sendo coletado quando possui meios de transportes ou em pequenas quantidades para se produzir misturas.

Fonte: arquivo do autor



Na residência das loiceiras, o barro é pisado, peneirado, molhado e amassado em formato de pequenas bolas. Logo em seguida, é iniciada a base, e conseqüentemente as paredes da loiça desejada. As loiceiras fazem todo o processo utilizando as mãos para modelar a base e as paredes das loiças. Caso sejam loiças de cocção, a modelagem é feita até a altura do pescoço, quando são colocadas para secar ao sol para ganhar resistência e suportarem a inserção de bocas e pescoços. Nas loiças de cozimento ou alimentação geralmente o processo não é interrompido.



Fonte: arquivo do autor

Independente de qual loiça seja construída, todas passam pelo processo de acabamento. Após pré-secagem ao sol, as loiças são submetidas ao processo de alisamento final. Pretende-se remover imperfeições nas paredes externas, ou retirada de algum material do tipo pequenas pedras que não foram filtradas no peneiramento do barro. Após alisamento concluído, as loiças retornam para o sol para secagem definitiva. Depois da secagem as loiças são decoradas e retornam ao sol para enxugamento dos motivos decorativos.



Fonte: arquivo do autor

Sendo o barro roxo, as loiças resultantes serão de coloração das loiças, será geralmente de coloração embranquecida, o que não procede para outros tipos de barro, ou até mesmo em alguns casos, quando as loiceiras fazem a mistura de barro branco com roxo, produzindo loiças menos avermelhadas, similar a um rosa.

Fonte: arquivo do autor



O processo de queima das loiças se dá em fornos do tipo covas, feitos pelas próprias loiceiras mediante escavações nas encostas de barrancos. O processo de queima é feito em um tempo de quatro a cinco horas, inicia-se com fogo baixo e vai-se intensificando o fluxo das chamas com acréscimo controlado de lenhas. Utilizando de lenhas selecionadas, usa-se lenhas que produzam fogo baixo. As loiceiras acompanham todo o processo de perto, sabem o momento exato de findar a queima por meio da coloração das loiças.



Fonte: arquivo do autor

As loiças são armazenadas no forno considerando algumas técnicas, loiças maiores são depositadas primeiro, seguindo uma ordem decrescente de maior para menor. Em alguns casos, loiças menores, tipo copos, xícaras, pratos menores, são armazenadas em potes. Após o carregamento do forno, esse é coberto utilizando-se de restos de loiças, que foram descartadas ao longo de outras construções.



Fonte: arquivo do autor

A loiça de coloração mais avermelhada, com motivos florais em branco, é um dos resultados obtidos na construção de loiças em São Miguel. São decorrentes do tipo de matéria-prima, a qual estão utilizando no momento. O barro cuja origem vem de encostas de rios, produz loiças com coloração mais avermelhadas, resultante de transformações no momento da queima.

Fonte: arquivo do autor



Há outra variação de loiça produzida em São Miguel, que são decorrentes de barro roxo que queima branco retirado de lagoas. Nesse caso, permanecem os mesmos motivos botânicos na decoração, porém, produzidos com tinta vermelha do tauá.



Fonte: arquivo do autor

As loiças em São Miguel, geralmente tem como destino as feiras da região, tornando uma das fontes de renda. Em alguns comércios, as loiças dessa região são facilmente identificadas, principalmente pelos formatos, contendo loiças de armazenamento tipo moringas e potes ou pela semelhança entre as loiças de cozimento e as loiças industriais.

Historiografia e História das Loiceiras

As loiceiras possuem a memória acerca da Bisavó, que era uma mulher indígena. Dão-se indicativos de várias violências sofridas, quando informam “Pega no mato a dente de cachorro”.

O processo de colonização, sobretudo nas regiões do Nordeste, seguiu uma primeira fase mais amistosa, e no segundo momento, sobretudo em regiões mais interioranas, povos indígenas eram arrancados de suas famílias sobre muita violência física. As mulheres e crianças preservavam-se as vidas, enquanto os homens, sobretudo ao resistirem, eram assassinados.

A colonização em regiões do interior do Nordeste, produziu outro tipo de sociedade, quando em um terceiro momento, já com avanços devastadores e a consolidação de sistemas de produção em plantio, a criação de gado, exploração de metais preciosos e a inserção de pessoas escravizadas, oriundas do continente africano, começou-se o apagamento étnico dos indígenas. Por meio do contato forçado, por aldeamentos, mudanças de nomes e imposição de outras culturas, como o cristianismo e a descaracterização étnica dessas pessoas, ao defini-los como agricultores ou sem traços físicos e culturais, os quais pudessem lhes definir, enquanto indígenas.

Seguindo trajetória familiar, observa-se que a avó não mais é mencionada enquanto uma mulher indígena, mas sim enquanto uma loiceira.

A avó das loiceiras era uma mulher, a qual não foi encontrado nenhum vínculo paterno. Por outro lado, as memórias orais a informa enquanto precursora dos saberes e fazeres com argila, na região de São Miguel. Ou seja, existe um quadro de violência, proveniente de gerações também anteriores, a qual fez com que essas memórias fossem perdidas.

Nitidamente, os saberes e fazeres com barro, praticado pelas loiceiras, vem de uma tradição familiar, sendo esses ensinamentos repassados de gerações em gerações de mulheres. Ocorre que, gerações como a de Joana, nascida em meados do século XX, haviam silenciados sobre suas origens, sobretudo, porque a partir do século dezanove, o Estado imperial e depois república, decretou praticamente o desaparecimento de pessoas indígenas, salvo o caso dos que estavam sob sua tutela. Pessoas, as quais viviam em áreas rurais, como Joana, ou haviam se misturado com povos negros, ou procuraram silenciar-se ou adotaram outras denominações.



“Índios soldados da província de Curitiba escoltando prisioneiros nativos”, tela de Jean-Baptiste Debret. Fonte: Wikipédia.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Escravid%C3%A3o_ind%C3%ADgena_no_Brasil

A imagem à esquerda, reflete o processo de violências que se desencadeiam no Brasil com reflexos na formação das famílias indígenas.

Perguntas que me fizeram durante a pesquisa

AS LOICEIRAS FALAM QUE SÃO INDÍGENAS?

É interessante valorizar a memória oral dessas pessoas, tendo em vista que são essas lembranças e falas que permitem identificar indícios de uma ancestralidade indígena nessas pessoas. Se decidirem, em algum momento, requisitar suas identidades enquanto indígenas ou até afro-indígenas, conforme também há essa possibilidade na região, essas pessoas terão que partir desse argumento, ele é o principal elemento, pelo qual justifica uma ancestralidade, no momento, a memória que vincula uma tradição familiar é um forte apelo, para justificar a emergência étnica. É preciso lembrar que populações indígenas, sobretudo em regiões de colonização mais antigas e prolongadas, como no caso dessas regiões que margeia o Rio São Francisco, sofreram severos regimes de violência, a começar pela violência física e psicológica. Qualquer pesquisador que tenha lido, com um pouco de atenção, a História e perceba violência extrema nesses atos, consegue facilmente, associar o quadro de Vittor Meirele à fala das loiceiras e, muitas outras pessoas do sertão. O quadro de Meirelle mostra cenas de captura de indígenas, mulheres e seus filhos, quando os homens adultos, morreram ou tiveram que fugir. Aquelas mulheres e aquelas crianças, seriam mães e filhos decorrentes de estupros, que nunca conheceriam seus pais ou lugar onde viveram, muitas e muitos viveriam poucos anos de suas vidas, por não suportarem tamanho sofrimento. Ou seja, estou colocando evidências da dita História Geral do Brasil, que se repete na fala das loiceiras de São Miguel. É por isso, que pensar a denominação loiceiras, enquanto categoria de emergência, baseada na memória ancestral e nas práticas culturais é interessante.

AS LOIÇAS DE SÃO MIGUEL É INDICATIVO DE RETOMADAS ÉTNICAS?

É possível que muitos pesquisadores, ainda insistam em tentar buscar originalidade em manifestações artísticas, como essas que se manifestam entre as loiceiras de São Miguel. As loiças de São Miguel têm uma origem, que provem de saberes junto a sociedades indígenas, conforme as loiceiras informam que vem da sua avó. São saberes e fazeres, os quais provavelmente circulam na região por vários séculos. Essas pessoas já vêm promovendo seus processos de retomadas, é preciso pensar que a retomada não é apenas étnica, as retomadas inclui uma ancestralidade e isso, nós pesquisadores, temos obrigação de contribuir com elas, mas a retomada, é de territórios, a retomada é de um lugar para se viver, a retomada é familiar, é cultural, é de memórias, de modos de vida, tudo isso, essas pessoas vêm fazendo ao longo de suas histórias, obviamente, o ponto mais crucial, para elas e eles, é a identidade étnica, porque tanto a sociedade local, quanto o Estado, foram lhes impondo silenciamentos. As loiças dessa região sofreu várias mudanças. Essas mudanças, também, é de se pensar, tanto em parte violências e em parte resistências. Violências, porque as loiças europeias, as loiças nacionais, são indicativos de uma industrialização promovida sob sangue indígenas e sangue negro. O que se vê são essas pessoas se adaptando a essas tecnologias, elaborando tecnologias que não são cópias, são saberes e fazeres que já vinham de seus ancestrais.

COMO FALAR DO RACISMO ENFRENTADO PELOS SUJEITOS DA PESQUISA?

Algumas questões eu não posso responder por elas e eles, eu me posiciono a partir do estudo que desenvolvi junto a eles, que foram algumas das experiências que consegui sondar. O racismo se manifesta pela exclusão e tentativa dessa, por meios violentos, incluindo violência física, social, cultural, violência étnica, econômica e intelectual. Silvio Almeida possui um posicionamento brasileiro, bem estruturado, acerca do racismo. Para este, o racismo no Brasil é estrutural e estruturante, o que isso quer dizer? Quando desenvolvi o estudo junto a essas pessoas, tive acesso a alguns documentos, que inclusive já haviam sido exaustivamente lido e relido, situação que também havia ocorrido com outros pesquisadores na região de Caetité. Minhas leituras se concentraram em livros memorialísticos, alguns documentos escritos por intelectuais Caeteenses e baianos e todos eles informavam um discurso de desaparecimento dos indígenas. Mesmo as pessoas entrevistadas em São Miguel, falam de ancestralidade indígena, mas as colocam na posição de passado. Isso não é uma questão apenas local, mas se repete em outros locais, e explica uma condição de exclusão, que os sujeitos indígenas foram sofrendo ao longo de séculos, até os dias atuais. Ou seja, existe a construção histórica de que, ser indígena é algo ruim, negativo. Essas construções estão normatizadas na sociedade brasileira, nas Escolas, nas famílias, nas políticas públicas e nas Universidades produzem um tipo de pensamento social, que acredita na inexistência dos indígenas. Enquanto consequência, não reconhecemos essas pessoas, seus modos de vida, suas sabedorias, suas Histórias de resistências, até quando falamos em sustentabilidade, quando falamos em arte, quando falamos em harmonia com a natureza, não consideramos os indígenas, os quais já

praticavam tudo isso, há séculos, antes de terem seus territórios roubados. Por exemplo, recentemente o senso do IBGE mostrou um aumento progressivo no número de indígenas, o que já vinha ocorrendo em outros sensos. Isso gerou uma surpresa, sobretudo em áreas, as quais eram dados como desaparecidos, ou seja, equivale destacar que o problema não está nessas pessoas, é um problema estruturante, apenas normalizamos a crença de que, os indígenas realmente desapareceram. É bem provável, que muitas pessoas nem saibam ainda que são indígenas, muitos capítulos da História indígena, estejam por ser descobertos. Apresentar os protagonismos indígenas são oportunos, sobretudo porque é um caminho, primeiro para informar a existência dessas pessoas, e segundo porque é oportunidade para mudarmos certos discursos, muitos deles normatizados, há mais de séculos pelo Estado, por alguns intelectuais, pelas pessoas não indígenas. Por exemplo, em alguns municípios do Brasil, a lei 11649/08 mesmo sendo obrigatória não é cumprida como deveria, alguns nem existem disciplinas diversificadas, porque compactuam da ideia de extermínio e desaparecimento dos indígenas. Então, não é o racismo apenas contra as pessoas, as quais estudei, ele é local, é Estadual, é Nacional.

POR QUE A PESQUISA DEVE SER LEVADA À SALA DE AULA?

A Escola é um espaço de informação e formações. Entretanto, é bom saber que a Escola não se renova, não vive outras experiências, sem que seja abastecida pela produção de conhecimentos. Fala-se que a Escola é antiga e coisas assim, mas será que esses resultados, eles também não são nossos enquanto pesquisadores? Na minha opinião, sim. Por exemplo, quando desenvolvi esse estudo, em alguns momentos dei a cara a tapa, porque nada fazia sentido para outros professores, e no começo do estudo, foi assim para mim também. Aqui na região alto sertaneja, as poucas informações que recebi, acerca da História dos indígenas, incluindo suas culturas, não deram conta de me fazer perceber essa realidade, muito próxima e em mim mesmo. Então, pesquisas como essas possuem capacidade de impacto enorme, às vezes isso é a longo prazo, mas produzem.

PARTE 3

AOS PROFESSORES E ALUNOS

FONTES PARA O ESTUDO DAS HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NO ALTO SERTÃO

O IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é o responsável pelo registro e preservação dos patrimônios culturais, materiais e imateriais no Brasil. A preservação de patrimônios culturais material no Brasil são classificados em arqueológicos, paisagístico e etnográfico, histórico, belas-artes, e das artes aplicadas. Para cada classificação de bens patrimoniais tombados, o IPHAN possui livros, os quais estão registrados tais patrimônios acessáveis em [Arquivo Noronha Santos](#) e [Arquivo Central do Iphan](#). Segundo o IPHAN, os patrimônios tombados são as cidades históricas, sítios arqueológicos, paisagens e bens individuais, considerados bens imóveis. Para o caso dos patrimônios materiais móveis, são os acervos museológicos, acervos arqueológicos, acervos documentais e bibliográficos, acervo videográficos, cinematográficos e arquivísticos.



Fonte: arquivo pessoal do autor

A imagem acima, corresponde ao sítio (sem denominação), localizado na Comunidade Negra de Palmital. As pinturas rupestres têm constituído importantes descobertas para a região alto sertaneja, representando a necessidade de atentarmos para outras possibilidades, de observarmos as diferentes sujeitos e, fases de ocupação da região. Além desse sítio, com registros arqueológicos, outros já foram encontrados e registrados. Parte desses materiais podem ser encontrados através do site do IPHAN, através de arquivos disponíveis para consulta no MASB (Museu do Alto Sertão da Bahia), ou mesmo por meio de visitas, respeitando as restrições.

Fragmento de loiça, encontrado na Comunidade Negra de Palmital, por intermédio de um sítio, decorrente de antiga residência. Trata-se de um fragmento de base, construído com tecnologia indígena.



Fonte: Foto do autor



Fonte: Foto do autor

Fragmento de loiça tipo produção local regional, encontrado via descoberta de sítio, na localidade de Roçado, Santa Luzia. Loiça branca, com motivos decorativos em vermelho, decorrente de pigmentação em Tauá.

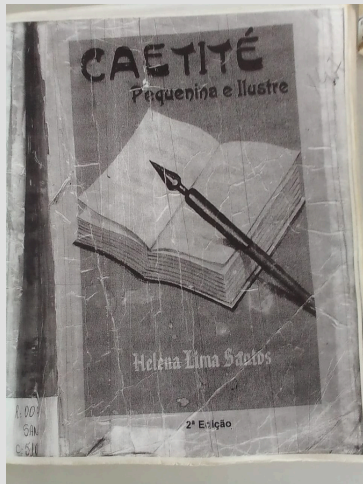
Loiças de produção local/regional, são facilmente encontradas nas feiras livre dos municípios da região, ou em algumas localidades rurais. Geralmente, as loiças de produção local/regional, constitui mais de uma influência culturais e histórica. Rico material para se observar os encontros sociais, compartilhamentos de saberes e fazeres, bem como a persistência dessas tecnologias na região.



Fonte: Foto do autor

A materialidade de louças produzidas na região, podem ser encontradas junto ao acervo do (MASB), Museu do Alto Sertão. O trato, com os achados materiais, é de grande valia, pois se trata de materiais inéditos para os pesquisadores e populações locais. Recomenda-se não coletar, não quebrar e comunicar os achados a um órgão representante de patrimônio ou profissionais responsáveis. Se tratado com ética e responsabilidade, a materialidade das loiças podem contribuir em muito para o Ensino da História e Cultura Indígena e de outras populações na região. O interessante, é que as aulas de campo tenha sempre acompanhamento de profissionais da Arqueologia ou Museólogos.

Fonte: Foto do autor

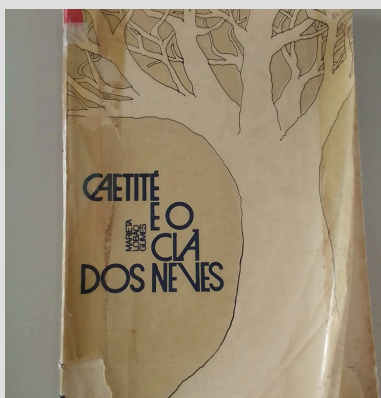


O livro “Caetité Pequeninã e Ilustre”, consiste em material, com o qual é possível perceber como povos indígenas e povos Negros são retratados. O livro segue um vício de narrativa muito presente na História brasileira, ao se referir aos indígenas na condição de passado, ao tempo que, tenta mascarar todo processo de violências, ao enfatizar por seguidas páginas o progresso de Caetité. Para se ter percepções mais concretas, acerca dessas questões, as quais está presente no livro, faz-se necessário entender, também, as violências sofridas por populações indígenas, no Nordeste brasileiro.

Fonte: Foto do autor



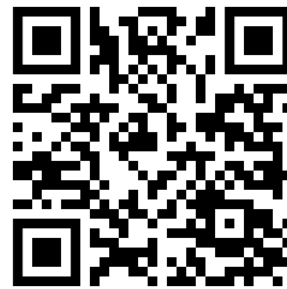
O livro “CAETITÉ: a terra, a cultura e sua gente”, também é um material, com o qual se pode alocar conhecimentos acerca da História e da Cultura indígena. Nesse livro, são privilegiadas duas categorias sociais, a elite local e as pessoas pretas. Mesmo tendo sido produzido a partir de pesquisas, conforme destaca o autor, é também material que segue vícios, quanto ao apagamento das populações indígenas. Destaca a origem da cidade, apresentando a presença dos povos nativos, os quais no decorrer da escrita são esquecidos, ignoram-se as violências e privilegia uma Caetité diversa, cujo discurso sempre se aproxima dos heróis e do progresso local.



O Livro “Caetité e o Clã dos neves”, também constitui material a ser observado, quanto ao ensino da História indígena local, sua escrita se desencadeia por enfático enredo familiar, pelo qual, praticamente, legitima a intensão da autora em destacar tais feitos. É mais um enredo, pelo qual reproduz a versão homogênea dos sujeitos locais.

Os livros de memorialistas vêm sendo objeto de análise de alguns estudos, Santos (2024) e Oliveira (2012). Esses escritos, de modo geral, reservam poucas páginas a sujeitos Indígenas e Negros, e trazem narrativas atestando progresso, sobretudo a partir de investidas colonizadoras. Para identificar esses e outros discursos, faz-se necessário, também, conhecer a História de violência e resistência dos povos indígenas, na Bahia e Nordeste.

Hino do Município de Caetité.
Autor: Marcelino José das Neves.
Caetité!



Hino do município de Vitória da
Conquista.
Letra: Euclides Dantas
Melodia: Francisco Vasconcelos



Hino do município de Maracás-Ba.
Letra e Musica: Elvira Sá



Hino do município de Camacan
Letra: João Veloso



Hinos municipais são oportunos, para compreendermos como os discursos de apagamento de alguns sujeitos estão expressos nessas produções. No estado da Bahia, poucos hinos municipais enfatizam a presença indígena em suas letras, mas trazem discursos sempre pautando a evolução dos municípios. Para entender melhor essas construções, procure compreender a História dos indígenas no Nordeste.



O endereço ao lado, te levará para uma matéria jornalística, referindo aos 25 anos da morte do Líder indígena Galdino José dos Santos, pertencente ao povo Pataxó Hã-Hã-Hãe. A leitura de uma matéria jornalista, quando o assunto é violência contra indígenas, requer um senso crítico, quanto ao conteúdo que está sendo vinculado, pois as estruturas discursivas podem estar mascarando diversas causas, como racismo estrutural, roubo de terras, ou mesmo o protagonismo indígena.

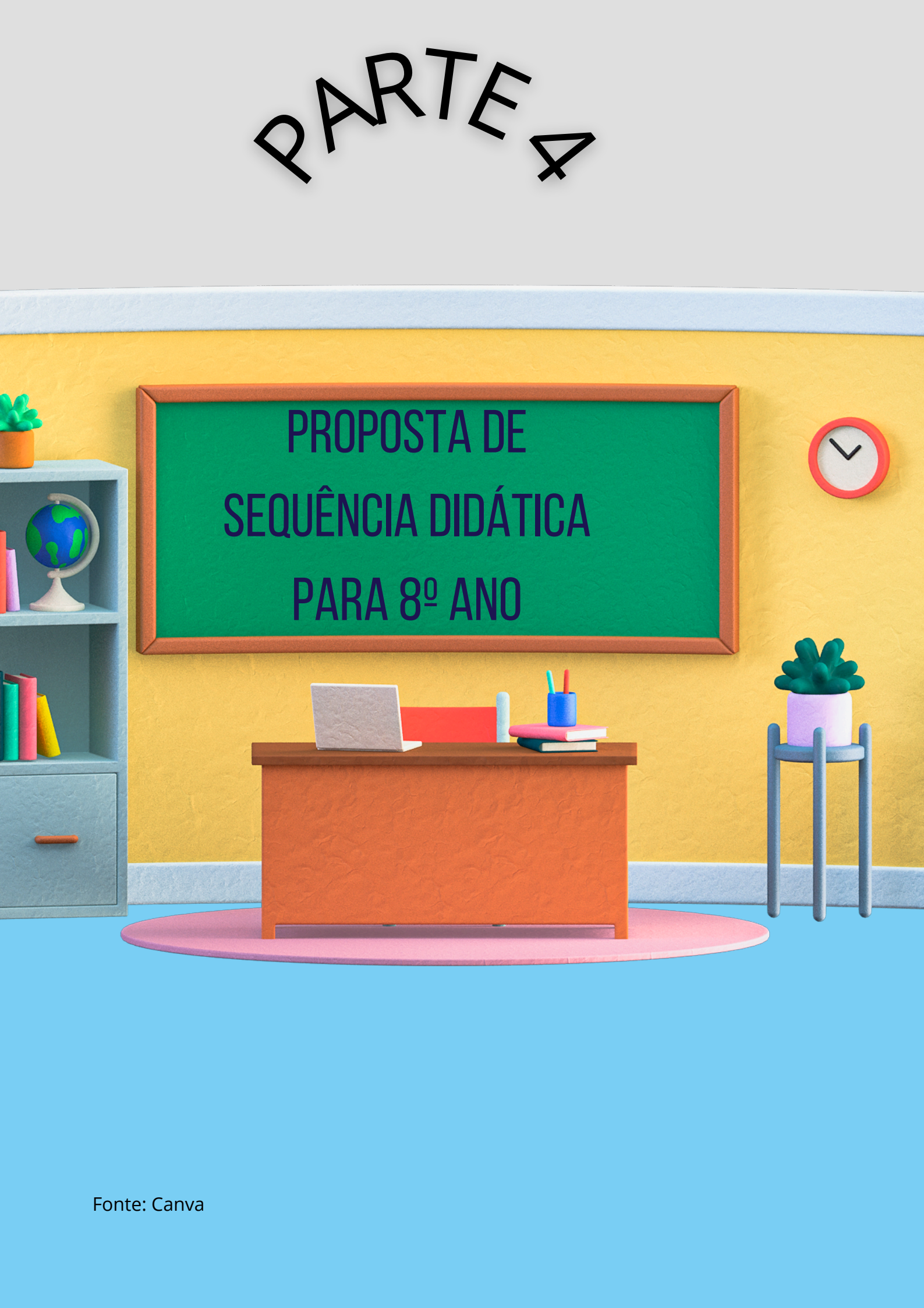
Alguns dos grupos indígenas que formam os Pataxó Hã-Hã-Hãe, caso dos Kariri, é narrado em estudos como Nascimento (2021), sofrendo seguidos processos de violências, praticados sob conviência de autoridades estadual e nacional. O endereço ao lado, direciona para uma matéria tratando de mais um caso de violência física, contra integrantes desse povo. O estado baiano é mencionado como interventor na situação, através de suas diferentes pastas administrativas. Uma leitura crítica que considere a História indígena na Bahia, perceberá a violência praticada por fazendeiros e a estrutura histórica, a qual geram essas situações.



As matérias jornalísticas, trazem em seus pronunciamentos, realidades históricas vividas por indígenas, o que pouco se observa nesses informativos, são as diferentes formas de violências sofridas por esses sujeitos. No endereço ao lado, você acessa a uma notícia, cujo teor, não é necessariamente decorrente de uma causa recente. Violências como o assassinato, o roubo de terras, a exclusão por se identificarem enquanto indígenas, são históricas. Conhecimentos básicos acerca da História dos Indígenas na Bahia, como exemplo, de autores como Oliveira (2012), Silva (2018) e outros, permitem percebermos a luta indígena, em diferentes temporalidades, por causas não solucionadas.

Roubo de terras indígenas, assassinatos, racismo estrutural, são questões as quais se vinculam nas entrelinhas das matérias jornalísticas. O material deve ser observado, sempre considerando processos comparativos, junto a Historiografia acerca dos indígenas. Os relatos, por meio dessas fontes, ajudam a compreender, inclusive, porque muitas populações ainda permanecem no anonimato, ou preferem silenciar-se quanto a suas identidades. Violências diversas têm sido praticadas historicamente contra os indígenas, em contextos sociais, como na Bahia. Em alguns casos, conforme sugere Pacheco de Oliveira (2016), essas populações assumiram outras identidades, outros comportamentos culturais, também como opção para permanecerem vivos.

PARTE 4



PROPOSTA DE
SEQUÊNCIA DIDÁTICA
PARA 8º ANO

8º ano	Segunda Unidade	Caetité	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (HABI)
Unidade Temática	Objeto de Conhecimento	Expectativas de Aprendizagem	Sugestões Metodológicas
Indígenas: Primeiros Habitantes do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Povos nativos brasileiros: Etnias indígenas e as suas características antes da colonização portuguesa - Indígenas da Bahia Localização, história e cultura dos povos indígenas na Bahia e região - Conceito: antirracismo 	<ul style="list-style-type: none"> - (EF08HABI09CTEBA) Valorizar e discutir a diversidade étnica indígena no período pré-colombiano, seus modos de organização sociopolítica, religiosa. - EF08HABI10CTEBA) Identificar e problematizar a presença indígena no território baiano e seus enfrentamentos na atualidade. - (EF08HABI11CTEBA) Compreender a relação da cultura de alguns povos indígenas em solo brasileiro e suas influências na cultura contemporânea. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeção de vídeos que evidenciem a existência de perseguição de índios na sociedade brasileira, seguido de reflexão, socialização e debates; - Abordagem de gêneros textuais: contos, poemas, ilustrações, notícias, que retratem a cultura indígena, na sequência, poderá ser exibido o documentário “Índios no Brasil, quem são eles?”; - Estudo e compreensão dos mapas do Brasil: “Estudos de mapas dos povos indígenas na Bahia.

Fonte: Proposta curricular Disciplina (HABI). Município de Caetité, 2021.

Tempo da sequência didática: Critério do Professor (a).

Materiais necessários: Caderno para anotações, projetor, aparelho de som, computador, celular, lápis e caneta.

Objeto de conhecimento 1: “Indígenas da Bahia Localização, história e cultura dos povos indígenas na Bahia e região”.

Organização da turma

Trata-se de uma atividade, cuja realização necessita que a turma seja dividida em grupos, com no máximo quatro componentes. A atividade poderá ser inicialmente desenvolvida em sala de aula, sala de vídeos, no entanto, algumas etapas devem ser desenvolvidas fora da sala de aula.

Introdução

Para início das atividades, informe aos alunos o que se pretende, seja realista com os alunos, informe a eles que se trata de um projeto que você está propondo para conhecerem um pouco mais acerca da diversidade de pessoas indígenas, as quais podem estar presentes em nossa região, nas nossas famílias, nas comunidades vizinhas, na escola, e que às vezes, não nos atentamos, devido ao pouco conhecimento. Informe a eles que estudos vêm mostrando que os indígenas hoje no Brasil, constitui uma diversidade muito grande de pessoas, as quais foram invisibilizadas e/ou silenciadas ao longo do tempo. Informe também aos alunos, que ao final do estudo poderão desenvolver algum material, com os quais outras turmas, no futuro, da escola poderão utilizar para estudo. (Cabe a cada professor, conhecendo a turma e a temática indígena, enriquecer a introdução da atividade, contando que procurem desenvolver não uma aula, mas um projeto sequenciado e autônomo).

Atividade 1. O que é diversidade indígena?

Atividade 2. Documentário, o povo Kariri da panelada.

Atividade 3. A oralidade para acessar as Histórias e culturas indígenas.

Atividade 4. Os povos indígenas na Bahia a partir dos mapas.

Atividade 5. Povos indígenas com novas denominações.

Atividade 1. O que é diversidade indígena?

Para início das atividades, sugere-se que seja discutido com os alunos a questão da diversidade. O que é diversidade para você professor? O que é diversidade para vocês alunos? O que é diversidade indígena? Essas três questões devem ser respondidas, considerando diferentes momentos históricos. Por meio de mapas, ou mesmo de consulta a outros meios, poderão observar as diferentes denominações, as quais os povos indígenas mantiveram ou recriaram ao longo do tempo. Procure destacar para seus alunos, não apenas nomes de grupos indígenas já registrados nacionalmente, mas evidencie que existem alguns povos indígenas, os quais ainda não foram registrados oficialmente, mas que essas pessoas já se consideram indígenas. (O material disponível na parte 1, do Guia Prático servirá de apoio ao professor.)

Atividade 2. Documentário, o povo Kariri da panelada.

Esse momento da atividade, traga para a sala de aula o documentário, acerca dos indígenas Karri da Panelada, povo presente no sertão da Bahia, na cidade de Rio de Contas. Procure desenvolver com os alunos um estudo acerca do documentário, para tanto, usem do caderno de grupo, para fazer anotações, acerca das histórias contadas, os costumes, vestimentas, traço fisionômicos, atividades desenvolvidas por estas pessoas e outros aspectos. Recomenda-se que o professor, durante a exibição do filme, faça a orientação dos alunos, para serem percebidas essas questões, é necessário que o documentário seja exibido por intervalos, para que a professora(or) possa acompanhar as anotações de cada grupo. Após, o trabalho realizado com esse documentário, peça aos alunos para buscarem por imagens acerca dos povos indígenas no Brasil, as imagens devem ser estudadas entre cada grupo. Vocês professores devem orientar o estudo dessas imagens. Em seguida, procure socializar o estudo de cada grupo. Procurando responder algumas questões. Quais as questões presentes nas imagens acerca dos indígenas no Brasil, as quais não está presente nos indígenas Kariri da Panelada? Como, cada grupo explica a diversidade a partir do documentário? Será que outros grupos indígenas têm características parecidas com os indígenas de Rio de Contas? Quanto a essa última pergunta, o professor poderá indicar outras sugestões de pesquisa, a partir do material disponível na primeira parte deste material.

Atividade 3. A oralidade para acessar as Histórias e culturas indígenas.

Nesse momento da atividade, recomenda-se que o professor faça uma explanação acerca da oralidade, enquanto importante método para coletar histórias. Informe aos alunos, que muitas das memórias que nossos avós, pais, vizinhos ou até nós mesmo falamos, tem importância para entendermos as nossas Histórias. Oriente aos grupos a desenvolverem entrevistas, na comunidade onde a Escola está inserida, o no próprio contexto familiar. O assunto a ser buscado são possíveis memórias, com as quais encontrem memórias, acerca da presença indígenas mais próximas deles. Juntamente com os grupos, trace um roteiro de perguntas, exemplo: Você já ouviu falar de índios? Na sua família tem? Ou teve? Como eram essas pessoas? Me fale tudo que você sabe sobre os índios, o que eles faziam? Essas perguntas podem ser modificadas ou acrescidas, a critério de professores e alunos. De posse desse material, procure compará-lo junto as atividades anteriores, tanto o material estudado acerca do Povo Kariri da Panelada, quanto diante das imagens estudadas. Em quais circunstâncias essas informações se parecem? Por que em alguns locais as pessoas falam que não têm indígenas? Será que não há mesmo?

Atividade 4. Os povos indígenas na Bahia a partir dos mapas.

Reproduza em sala de aula, utilizando os aparelhos de projeções, mapas referentes aos povos indígenas na Bahia. A seguir, disponibilizo dois mapas diferentes, os quais relatam diferentes povos em temporalidades distintas. Para o primeiro caso, temos um mapa mais atual, e no segundo caso, um mapa do século XVIII. De posse desse material, procure estudar com os alunos, verbalmente, as características que estão presentes em ambos os mapas, e as características que são divergentes entre eles. Reserve um cantinho na lousa e nos cadernos, para anotarem essas informações. Façam um quadro de sistematização dessas informações, destacando etnias, lugares, possíveis significados das denominações. É importante que o professor tenha domínio acerca dessas denominações, o que elas significam para cada povo e contextos, bem como tenha clareza que as denominações presentes nos mapas podem ter sofrido alterações ao longo do tempo, bem como outras denominações podem ter surgido e não estão presentes nos mapas. Essas denominações podem também ser trabalhadas a partir de pesquisa sugeridas aos grupos. Todo esse material, servirá para estabelecer diálogos com relação à diversidade de povos indígenas na Bahia, contando que exemplos como os Kariri da Panelada, os Paneleiros Mogoyos, Os Kariri de Rodelas, dentre outros, não estão presentes ainda em mapas.

Atividade 5. Povos indígenas com novas denominações.

Para desenvolver essa temática, sugere-se aos professores, que tratem as novas denominações indígenas, enquanto também um complemento das diversas identidades, que essas populações foram construindo ao longo do tempo. É importante, que o professor tenha conhecimento acerca da discussão, com relação a “índios misturados”. (Esses conhecimentos estão na parte 1 deste produto). A discussão com relação a “índios misturados” permite ampliar os olhares, quanto a diversidade de pessoas indígenas que tende a se formar. É importante perceber que, a questão das misturas indígenas se dão tanto entre os povos que possuam denominações mais antigas e, geralmente são grupos indígenas diferentes, que se juntaram, bem como, com relação às denominações ocorridas entre grupos indígenas, que se juntaram com povos também não indígenas. O documentário sobre os Kariri da Panelada fornecem muitas informações, as quais podem ser trabalhadas em sala de aula, nessa direção.

O professor pode, inclusive, recorrer aos exemplos de povos indígenas com novas denominações, caso dos Paneleiros Mogoyos, os Kariri da Panelada, e outros grupos como Pataxós Hã-Hã-Hãe, muitos conhecidos na Bahia. Desenvolver pesquisas entre esses diferentes povos e estabelecer comparações.

Avaliação:

As avaliações podem ser desenvolvidas oralmente, retomando algumas temáticas ao final da aula. Ou poderá ser desenvolvidas em formato de textos, poemas, desenhos, ou uma explanação dos próprios alunos. Proponha avaliações, com as quais possam gerar outras temáticas para a aula seguinte.

Tempo da sequência didática: Critério do Professor (a).

Material necessário: Caderno para anotações, projetor, aparelho de som, computador, celular, lápis e caneta.

Objeto de conhecimento 2. Povos nativos brasileiros: Etnias indígenas e suas características antes da colonização portuguesa.

Organização da turma:

Para o desenvolvimento dessa atividade, a turma poderá ser organizada individualmente. Contudo, caso o professor disponha de recursos necessários para deslocamentos, é oportuno que a turma seja levada a outros espaços de visitação, caso dos museus regionais, sítios de pinturas rupestres ou comunidades indígenas.

Introdução

Para início das atividades, informe aos alunos o que se pretende, seja realista com os alunos e informe a eles que se trata de um projeto, que você está propondo, para conhecerem um pouco mais acerca da diversidade de pessoas indígenas, as quais podem estar presentes em nossa região, nas nossas famílias, nas comunidades vizinhas, na escola, e que às vezes, não nos atentamos devido ao pouco conhecimento. Informe a eles, que estudos vêm mostrando que os indígenas hoje no Brasil, constitui uma diversidade muito grande de pessoas, as quais foram invisibilizadas e/ou silenciadas ao longo do tempo. Informe também aos alunos, que ao final do estudo poderão desenvolver algum material, com os quais turmas, no futuro, da escola poderão utilizar para estudo. (Cabe a cada professor, conhecendo a turma e a temática indígena, enriquecer a introdução da atividade, contando que procurem desenvolver não uma aula, mas um projeto sequenciado e autônomo).

- 1 Os povos de tradição Tupi e Aratu
- 2 As tecnologias de povos pré-coloniais na região de Caetité.
- 3 Os livros de memorialistas.
- 4 As permanências de saberes indígenas em nosso cotidiano.

Atividade 1. Os povos de tradição Tupi e tradição Aratu.

Para desenvolver essa temática, sugere-se que o professor faça algumas considerações junto a turma. Trate de trabalhar alguns conceitos, dentre eles o conceito de etnia, esse último, conforme vem sendo compreendido em autores como Barth (1998), diz respeito a particularidades sociais e culturais de um grupo de pessoas, e essas particularidades são utilizadas para se diferenciarem de outros grupos, seja pela língua e modos de falar, pela religiosidade, hábitos e modos de agir e pensar. Mostre aos alunos que a etnia não se conclui apenas pela questão da cor de pele, e sim por um conjunto de fatores sociais e culturais, os quais essas pessoas se justificam enquanto etnias. Traga também informações desconstrutoras, lembre aos alunos que esse conceito, bem como atributos de raça e cor, são todas questões trazidas com os povos europeus, e que em muitos continentes essas questões só passaram a ser consideradas a partir do contato com os europeus, como o exemplo do continente americano, e do continente africano. A pretensão de classificar pessoas por vias da cor e tipos físicos é uma invenção europeia, a qual tinha como pretensão, inferiorizar e posterior construir justificativas para dominação. Se possível, traga para a aula trechos da carta de Pero Vaz de Caminha, disponível no endereço a seguir.



A carta, é oportuna para os alunos perceberem como os europeus viam os nativos. Mesmo sabedores dessas diferenças, já tratavam com estereótipo o outro. É evidente que a carta traz ainda um contexto amistoso e de certo respeito. É importante, tentar levar os alunos a não perceber o indígena, enquanto pessoas atrasadas, naquele momento eram pessoas diferentes, e os portugueses informam isso na carta. Informe o contexto de diversidade, pelo qual os povos indígenas viviam, façam eles perceberem, criticamente, que o documento já estava apontando os indígenas enquanto um só povo, visto que a diversidade daquelas populações eram enormes. Informe aos alunos, a partir das principais evidências, que temos acerca dos povos indígenas, que viviam na América do Sul, divididos entre duas tradições, Aratus e Tupis. Informe aos alunos, que isso é uma conceituação feita a partir de estudos, sobretudo arqueológicos e históricos, com os quais permitiram mapear essas populações. Tradição para esses grupos equivale, similaridades territoriais, alguns hábitos culturais, organizações sociais. Entretanto, trata-se de diferentes povos, habitando territórios muito distintos. Para o caso dos Tupis, descritos na carta de Pero Vaz, no momento, foram localizados alguns deles na Costa, decorrente de processos anteriores, já que por características, essas populações foram se deslocando, a diversidade daquelas populações eram enormes.

Atividade 2. As tecnologias de povos pré-coloniais na região de Caetité.

Essa atividade, tem como característica estudar os grupos Tupis e Aratus, a partir de evidências locais. Algumas evidências podem ser observadas pela turma, a partir de aula de campo, casos dos sítios com pinturas rupestres, existem dezenas deles espalhados pela região e podem ser conferidos. Recomenda-se que essas visitas sejam acompanhadas por um profissional conhecedor da área, visitas também podem ser feitas ao Museu do Alto Sertão, local esse onde estão resguardados registros arqueológicos, materiais e relatórios acerca de pesquisas, evidenciando a presença tanto de grupos Tupis, quanto Aratus para a região. São evidências cerâmicas, em pedra polida e fotografias, a serem conferidas.

É importante que anterior a atividade de visita ou aula de campo, sejam traçadas algumas questões a serem buscadas. As tecnologias de ambas e as tradições são pontos interessante a serem explorados, porque permitem a dimensão de temporalidade não abstrata, ao ter contato com esse material deve-se procurar diferenciar as noções de tecnologias. Para tanto, sugere que sejam observadas e respondidas algumas questões: Quais os instrumentos e objetos encontrados acerca dos povos Aratu e Tupis? Quais as temporalidades para eles? Os processos de produção desses objetos? Como saber se é de tradição Aratu ou Tupi? E, se essas tecnologias, continuam influenciando outras tecnologias na região?

Como de práxis na atividade, façam anotações acerca das informações coletadas, para posteriormente serem trabalhadas em sala de aula. É interessante que os povos indígenas pré-coloniais não sejam tratados em sujeitos que viveram em tempos passados, e que a sociedade atual não tenha nenhuma relação com suas vivências. Por isso, que as perguntas sugeridas acima são oportunas, porque permitirão discussões em sala enquanto preparação para compreender aquelas sociedades em seus tempos. Procure informar essas populações em constantes transformações, não se trata de atraso em relação a outras sociedades, são modos diferentes de promover as transformações.

Para melhor compreensão, proponha analisar os modos de produzir das sociedades indígenas, as línguas, a relação com os animais e as plantas, as noções de territórios para aquelas sociedades, a prática de agricultura, a qual foram desenvolvendo. Para acessar essas informações em contexto local, sugere-se que trabalhe com alguns pontos das pesquisas desenvolvidas por Zanettini (2012), é um rico material, onde poderão identificar algumas dessas informações, com relação às sociedades indígenas, tanto de tradição Aratu quanto Tupis.

Para solicitar material de apoio a essas aula
Carlosandreuneb2012@hotmail.com
museumasb@gmail.com

Atividade 3. Os livros de memorialistas Caeteenses.

Os livros de memorialistas locais, são facilmente localizados nas bibliotecas municipais, é material, com o qual pode ser trabalhado em sala de aula, enquanto contraponto as evidências encontradas, com relação à presença de povos indígenas na região. Informe a turma que esses livros reproduzem o apagamento dos indígenas na região de Caetité, quanto às informações prestadas, falam que os indígenas existiram no passado. Divida a turma em grupos, e distribua alguns dos livros de memorialistas para serem lidos e avaliados, acerca do que esses materiais falam com relação aos Indígenas? E se as informações prestadas, condiz com aquelas observadas durante as aulas de campo e visitas anteriores? Em seguida, também em grupos, procure trazer outras evidências para serem trabalhadas com os mesmos grupos, dentre elas, destaque os Hinos municipais. De posse desse material, procure estudar com os alunos, se os indígenas são mencionados durante as letras de Hinos municipais trabalhados? Como os indígenas São Mencionados? Quais os sujeitos mencionados com maior constância?

Procure explorar esse material, interpretativamente. Para tanto, observe o nome dos autores, se possível pesquise ou informe aos alunos quem são essas pessoas. Pesquisem também acerca da História dos municípios, e qual a mensagem que os referidos textos tendem a repassar? É oportuno que o Professor, tenha conhecimento acerca dos discursos de apagamento presente nesses materiais, mesmo mencionando possíveis origens Indígenas, esses escritos são tendenciosos, quando informam os indígenas no passado.

Procure discutir com os alunos, possíveis situações, que envolva aqueles conhecimentos produzidos durante aulas de campo, e os discursos seguidos nos segundos materiais. Retome discussões de atividades anteriores, caso das memórias orais, e dos grupos indígenas em processos de retomada na Bahia. Se conduzida por meio de discussões apropriadas e de domínio, poderá ser oportuna para evidenciar tanto tempos e pessoas diferentes, quanto os motivos para tentativa de apagamento dos sujeitos indígenas na região Sudoeste e também outros lugares.

Atividade 4 As permanências de saberes indígenas em nosso cotidiano.

Para essa atividade, procure não sintetizar os saberes indígenas, em conclusões do tipo: influência nas comidas típicas, nas brincadeiras, nas palavras de origem, etc. Isso também é importante, entretanto as influências indígenas nas culturas dos dias atuais vai muito mais além. Retome, por exemplo, as discussões produzidas quando trabalharam as tecnologias indígenas produzidas por grupos de caçadores e coletores, ou mesmo de povos ceramistas na região de Caetité. Procure discutir e informar aos alunos, que essas populações em seus cursos Históricos milenares, tinham uma vida, precisavam se alimentar, produzir utensílio para seus dia-a-dia, precisavam se proteger de animais, e outros fatores naturais, os quais são necessidades comuns a todos os seres humanos independente de tempo. Durante o trabalho de campo, possivelmente vocês tiveram ou terá contato, com vários instrumentos e objetos de criação indígenas, bem como, modos de produzir alimentos bem parecidos com aqueles praticados em comunidades tradicionais.

Recorra ao (material disponível na **parte 3**), nele está um exemplo de produção também utilizando algumas tecnologias indígenas, sendo as loiças de produção local, na região de São Miguel. Se for oportuno, o professor pode inclusive promover visitas ou solicitar o apoio das artesãs, para uma conversa com os alunos em sala. Outra questão, também oportuna de se observar, são as práticas da agricultura familiar, e a organização das comunidades, em proximidades de rios, ou em locais com maior acesso à água e terras produtivas. Todas essas informações muitos dos alunos possuem em seu convívio, e então as explorem. Aponte para os alunos, que esses saberes foram oportunos até mesmo para o desenvolvimento do trabalho durante a colonização, tendo em vista que os indígenas a princípio eram as principais mãos de obra escravas nas plantações e exploração de outras riquezas. Ou seja, explorava as pessoas e também seus saberes.

Outra questão, também necessária de se trabalhar, quanto a manutenção de influências indígenas, são as práticas junto a natureza e os animais. Também muito presente em comunidades tradicionais, peça para os alunos informarem situações em que o alimento é produzido pelas famílias, analisem todo o processo desde o preparo da terra até a produção do alimento pelas famílias. Observem esses outros mundos que estão muito próximos e que praticamos diariamente.

Avaliação:

As avaliações podem ser desenvolvidas oralmente, retomando algumas temáticas ao final da aula. Ou poderá ser desenvolvidas em formato de textos, poemas, desenhos ou uma explanação dos próprios alunos. Proponha avaliações, com as quais possam gerar outras temáticas para a aula seguinte.

Tempo da sequência didática: Critério do Professor (a).

Material necessário: Caderno para anotações, projetor, aparelho de som, computador, celular, lápis e caneta.

Objeto de conhecimento 3. Conceito antirracismo.

Organização da turma

Para o desenvolvimento dessa atividade a turma poderá permanecer organizada em grupo. Entretanto, como se trata de práticas, como a confecção de objetos, pinturas ou mesmo visitas, o professor poderá escolher o melhor local para realização das atividades.

Introdução

Para início da aula, sugere-se que indague aos alunos acerca do que eles conhecem com relação ao conceito de antirracismo. Indague junto a eles, se conhecem algum ato, alguma fala, manifestação, prática que possa ser enquadrada no conceito de antirracismo, pergunte se eles se consideram pessoas antirracistas? Logo em seguida, explique para os alunos, que se trata de conceitos imprescindíveis para a inclusão de pessoas, para o respeito a diversidade, para a construção de espaços sociais e representatividades Indígenas e Negras. É interessante informar aos alunos, que o antirracismo não é apenas um conceito, e deve ser tratado enquanto uma prática e, portanto, durante a aula serão desenvolvidas situações, com as quais você professor e seus alunos possam construir elementos na direção de práticas antirracista. Informe aos alunos, que essas situações perpassam o conhecimento acerca do que é racismo? Procure expandir essas perguntas para os grupos e crie situações em que o aluno possa refletir, dentro delas, acerca do racismo contra indígenas. Pergunte se já viveu alguma situação que pode ser caracterizada enquanto racismo? Já ouviu ou viu alguma situação? Quais as pessoas envolvidas, do lado da vítima e do agressor? Etc., se houver alguma resposta, com a qual o racismo seja informado enquanto crime, parta desse posicionamento, caso não, ao final de todos esses questionamentos, traga os alunos para uma reflexão acerca do racismo enquanto crime. Recorra a situações já tratadas durante as aulas anteriores, morte de indígenas, livros de memorialistas, hinos de municípios, praticamente todas as atividades tratadas anteriormente, poderão ser utilizadas enquanto argumento para o professor posicionar-se sobre o racismo, enquanto crime contra indígenas e outras populações incluindo os Negros. Provoque situações reais ocorrida com você, professor ou mesmo com os alunos, na sua cidade, região, bairro ou comunidade. Convide os alunos a perceberem que para além de um conceito antirracismo é uma postura de oposição ao racismo.

Lista de atividades sugeridas

- 1 Racismo contra os indígenas.
- 2 As tecnologias indígenas de ontem e de hoje.
- 3 Confeção de objetos, instrumentos, tatuagens.
- 4 subsistência alimentar.
- 5 Humanos e natureza na visão indígena.

1 Racismo contra os indígenas.

Para melhor situar a turma, acerca do que buscar nesses documentos, apresente explicações sobre racismo. Silvio Luiz Almeida, avalia o racismo, como foi se instalando no Brasil, desde a colonização e, enquanto estruturas sociais e administrativas foram se consolidando, o racismo tornou-se estrutural e produtor ou legitimador de várias desigualdades. De acordo com seu pensamento, o racismo está presente enquanto normatizador de situações excludentes, orientadas pelas diferenças de cor e econômicas, de modo que isso se reproduz nas escolas, quando se cria diferentes propostas de escolas, está presente na saúde pública, ao diferenciar o atendimento, se faz presente nas famílias, visivelmente constatado na disparidade envolvendo cor e condição econômica, está presente nas Universidades. Seguindo a linha de estudo de Almeida, o racismo foi normatizado na sociedade brasileira, e isso se faz por meio de práticas, às vezes sutis, as quais produzem efeitos devastadores, como a violência, a morte, a falta de assistência pública na saúde, na educação, na segurança, e em outras áreas. A normatização, segundo o autor, é que essas situações deixaram de gerar indignação, como uma pessoa tem tratamento médico diferenciado, por que é diferente em cor e economia? Como existe diferenças entre a escola de pessoas pobre e pessoas ricas? Ou seja, segundo Silvio de Almeida, isso tem uma relação direta, com as desigualdades raciais geradas ainda na colonização, e que mais tarde o Estado Nacional apenas consolidou isso, por meio das instituições.

Caso o professor sinta necessidade de se inteirar da discussão pode consultar a fala de Silvio Luiz Almeida.



É interessante perceber, que as discussões trazida por ele, foca no campo de pessoas negras, contudo, pensar o racismo como estrutural, na perspectiva indígena, é também possível a partir de suas falas. O material didático, aqui apresentado, por si só já fala acerca disso, quando em várias regiões, incluindo o Alto Sertão, as identidades indígenas foram silenciadas, colocadas na condição de passado. O desdobramento disso são: as políticas públicas para indígenas não chegam a esses espaços, porque acreditam-se que não têm indígenas, quando, na verdade, essas populações vivem violências praticadas a todo momento e que são normatizadas. O professor pode recorrer à **parte 2**, material para observar as discussões acerca dos “Índios misturados”, para fundamentar suas explanações à turma.

Na parte 3 desse material, estão algumas propostas de uso das fontes históricas pelos professores e alunos. Muitas daquelas fontes, caso das matérias jornalísticas, contém situações ou são situações de extremo racismo, praticado contra os indígenas. É interessante que o professor, com os alunos, busque pesquisar ou descrever inicialmente informações e situações, as quais caracterizem enquanto crime de racismo, praticado contra essas pessoas. Com a turma em grupo, poderão desenvolver pesquisas acerca dessas situações, é interessante utilizar fontes de diferentes momentos. Podem distribuir as tarefas, desde as notícias jornalísticas, aos livros de memorialistas, a carta de Pero Vaz de Caminha, hino de municípios. Todas essas fontes, trazem situações de exclusão, a partir da condição étnica. Registrem os achados em caderno para posterior socialização.

Instância: 0003309

Data: 02/12/1926.

Nome: A Penna

Numero: 404

Titulo Caiteté.

Foi sempre preocupação do nosso espirito desde que nos amadureceu a razão, descobrir a origem do nome da nossa cidadezinha e, a respeito disso procuravamos uma solução. Convencidos de que essa denominação foi dada pelos primeiros colonizadores da nossa região e origi-nava se da lingua tupi, como desta conhecemos da nossa historia, aos vinte annos de idade e poucos vocabulos do idioma dos nossos autóctones fossem por nós conhecidos, bem se, vê que não despunhamos de elementos que nos encaminhassem no fim confirmado.

Ayres do casual dava-nos Caiteté como uma antiga aldeia de cahetés e buscava se nisso para afirmar que, o nome vinha d'ahi. Firmados nessa auctoridade, pediram da nossa capital, ao município informações sobre Caiteté, para figurarem nas memórias históricas da Bahia. Incumbido de redigil-as, encaminhamos ligiramente a questão, e achamos, para explicação das duas ultimas syllabas do nome, a pluralização do nome do incola que consideravamos ter aqui o seu habitat. Dahi concluirmos que Caiteté significa, multidão de cahetés. Essa idea foi acceita, ja a vimos repetida, sem que saibam quem a suggeriu.

Posteriormente, por ocasião do centenário da instalação da nossa villa, quando publicamos um numero especial d' A Penna, comemorativo desse factio, que julgamos importante e digno de alteração, algo dissemos a respeito, convencidos de que o tyermo tinha outra fonte e depois de novas boucas, fazermos nos nossos archivos e cartórios.

Foi por essa occasião -- 1910 -- que, compulsando autos, livros e papéis velhos de parte do seculo 18 e primeira metade do passado, verificamos que o nome primitivo era Caitaté e não Caeteté. Diante disso cahiu por terra a primeira idea.

e encontrassemos o tyermo Caitaté uma ou outra vez, poderíamos attribuir esse modo de graphar o nome do local a erro, descuido ou a outra qualquer circunstância fortuita: mas verificamos que é constante em todos os papeis antigos até mesmo depois de ser admitida a graphia CAETETÉ pelo primeiro escrivão do Senado da Câmara, que não era natural da nossa terra e, mettendo-se a auctoridade no assumpto, implantou entre nós o seu systema, talvez tendo por certa a idea vagante e admittida por casual.

Enquanto existam os antigos escrivões, advogados e fuccionários que representavam n'aquelle tempo o passado, não cederam à inovação e continuaram a escrever CAITATÉ e não CAETETÉ.

Em 1910, como dissemos, firmamos o nosso juizo a respeito, mas como não nos consideramos auctoridades valiosa para decidir questão de tal relevância diante de reputados sabios, linguistas que a decidiam por modo differente, esperamos que um d' estes, examinando-a in loco, nos dissesse si tinhamos ou não razão.

A nossa idea foi a seguinte:--- Caiteté não foi fundado no local onde hoje esta situada a cidade, mas distante d' ella, no sitio rural que tem o nome de Caiteté Velho, denominação que nos primeiros annos do seculo passado foi ampliada (aplicada) a fazenda Barrinha e Caiteté Velho que, como diz a escriptura de compra e venda, passada pelos Condes da Ponte, está encravada no sitio do Caitaté. Ora, o que n' esta como em outras escripturas que compulsamos, chamavam 'Sitio do Caitaté' é um largo circo fechado pela Serra Geral a Oeste e a Noroeste, Norte, Nordest, Sudeste e Sul por douis esgalhos do espigão mestre. Todas as (sic) que manam dos altos circundantes, reunindo-se dentro do circo, foram a grossa (sic) que tem saída pelo sueste com o nome de rio do Caiteté e vai formar o rio S. João.

Bem no coração do sitio existe uma enorme pedra granítica, única dessa formação e proporções existe em todo o sitio e que, é avistada de quase todos os pontos circundantes emergindo do seio verdejante dos mattos. A primeira instalação agrícola estabelecida no sitio e que foi denominada Caitaté, o foi nas proximidades desse penhasco. É preciso notar que a formação geológica do sitio é geralmente de rocha sedimentar quartzos e quartzilo, encontrando-se raramente pequenos blocos e estilhaços de granito. Por essa razão é notável e logo atrahe attenção de quem se aproxima do sitio, o prenhasco desnudo e pardacento que remonta em moro que além de ser bastante alto, está assentado em uma primeira elevação que lhe serve de base.

Concluimos que o tyermo ou Tyermo Caiteté, antigamente Caitaté tem por origem as três palavras tupis Caa-ita-eté. Pedindo-nos o Rcmo, Padre Luiz Gonzaga (sic) S. J, --- que é um competente investigador e conseguiu escrever uma monographia sobre Caeteté, --- que lhe dissemos informação da origem do nome da nossa terra, submetlemos a nossa conjectura a sua apreciação. Depois de estudar a questão a luz dos documentos existentes e examinar o local accitou o nosso alvitre e auctorizou-nos a adaptar a graphia Caiteté, que achamos melhor e desde alguns annos consideramos a admissivel.

Compulsamos um inventario feito em 1738, por morte de uma D. Quitéria, no qual já vem descritpto o sitio Caitaté-Velho, que é a primitiva instalação agrícola feita entre nós. Prometemos mais dizer a respeito.

Autor: João Gumes.

O documento anterior, é também uma possibilidade investigativa acerca da construção e normatização da exclusão, quanto aos indígenas no Alto Sertão da Bahia. Esse documento pode ser analisado, considerando a sua temporalidade, os autores, os objetivos e suas consequências para os dias atuais. É interessante traçarem esses paralelos, porque o documento acima, não é diferente de outros analisados durante essa atividade, coloca os indígenas na condição de passado e segue uma mesma lógica, a qual consiste em legitimar outro tipo de sociedade, a qual os indígenas praticamente não teriam lugar. Para o caso desse documento, sua leitura poderá ser feita por todos os grupos, procurando evidências já mencionadas, a temporalidade, os autores destacados, os objetivos, o veículo de comunicação e suas consequências para os indígenas na região.

Atividade 2. As tecnologias indígenas de ontem e de hoje.

Conforme foi proposto durante a sequência, algumas atividades serão desenvolvidas por meio de visita a outros locais de memórias acerca dos povos indígenas da região alto sertaneja. Essas informações coletadas por vocês serão oportuna para o desenvolvimento dessa atividade. Sugiro que retomem as aulas de campo por meio das anotações e observem as tecnologias localizadas na região, as quais tomaram conhecimento durante as aulas de visitas a museus e localidade, procure indagar aos alunos quais dessas tecnologias que estão presente na região em dias atuais. Escolha uma delas e procure investigar sobre seus processos em dias atuais, oriente aos alunos a desenvolverem pesquisas de campo, ou mesmo se possível, organizem uma visita coletiva.

Como sugestão, a materialidade indígena, a qual você tiveram contato, informa muita presença de objetos do tipo cerâmicas, tecnologias essas, as quais os povos indígenas possuem conhecimentos milenares. Para a região de Caetité, existem várias comunidades onde os artesanatos de barro são produzidos. Então é oportuno que se faça uma visita a esses locais, ou convide uma artesã ou artesão, para participar das aulas, instruindo acerca desses saberes. Durante a **parte 2** desse produto, encontram-se conceitos acerca de tecnologias, cadeias operatórias e a produção de loiças de barro de uma localidade deste município. O material, fornecido durante o produto, permite que se estude esses saberes, entretanto, recomenda-se que procurem desenvolver visitas. Procure estudar esses materiais em diferentes temporalidades.

Observem diante dos conhecimentos adquiridos o que permaneceu e o que mudou. Porque permaneceu e porque mudou. Observe com seus alunos, que para o caso das tecnologias em cerâmicas, existem muitas influências, porém nem sempre isso determina a identidade ética enquanto povos indígenas com denominações originárias. Trabalhe com eles durante esse processo, as noções de “Índios Misturados” e outros Inter fluxos culturais formados na região. Por exemplo, para o caso das loiças de produção, de localidades como São Miguel, essas pessoas possuem memórias que indicam uma origem indígena, mas na atualidade não mais se informam enquanto indígenas, mas construíram suas identidades e denominação enquanto “loiceiras” a partir da tradição familiar.

Procure trazer essas provocações práticas acerca da diversidade de pessoas e situações, as quais foram sendo geradas na região. Localidades Negras que comportam tecnologias indígenas ver a **(parte 3 do material)**, populações indígenas que comportam tecnologias de populações negras e europeias. E as mudanças que vão ocorrendo ao longo do tempo, devido ao mercado, a novas tendências culturais, outras identidades, etc. É necessária que a turma desenvolva essas atividades de modo prático, tentem produzir alguns desses artigos, ou mesmo explore a criatividade dos alunos, propondo a produção de algum objeto e ao final façam avaliações acerca desses objetos, o rigor técnico, os saberes, os objetivos, etc.

Atividade 3. Grafismos, motivos botânicos e Tatuagens.

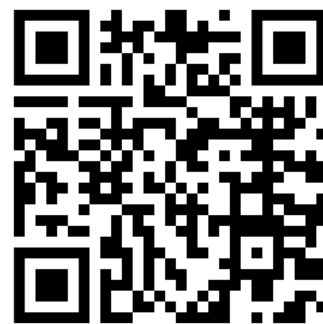
Essa atividade consiste também um movimento prático. Os grafismos indígenas estão presentes em diferentes sociedades indígenas, e é interessante que se conheça os significados de aparentes pinturas corporais ou em objetos. Não distantes dessa realidade, mas com significados outros, os motivos botânicos recorrentes em loiças de produção artesanal e industrial, também representa significados relativos aos sujeitos que os idealizaram, podendo representar o sentido de arte, o qual esses sujeitos compreendem, ou mesmo pretendendo transmitir alguma mensagem por meio de arranjos tipos de pinturas, local, recorrência. Quanto a esse último, o material disponível na parte 3 desse produto, apresenta algumas informações com relação a esses motivos botânicos em loiças de produção local e regional. Conforme sugere Santos (2024), os motivos botânicos, compõe em parte as tecnologias das loiças locais.

Segundo esse autor, os motivos botânicos consistem em observações realizadas por povos ceramistas, e contam histórias acerca dos tipos de plantas, as relações que essas pessoas fazem junto a natureza, bem como a preservação de uma identidade local por meio de arranjos em pinturas decorativas, as quais são estrategicamente produzidas não enquanto cópias do embelezamento de loiças industriais, e sim, enquanto alternativas para aqueles sujeitos que adquiram e utilizam esses objetos em suas residências.

Em todos os casos, tanto para as pinturas em motivos botânicos, quanto as loiças com motivos em grafismos indígenas, ou em qualquer outra tecnologia, as decorações quando ocorrem trazem consigo diferentes significados. O ser humano, de modo em geral, tem preservado esse costume de produzir pinturas corporais, ou em objetos, com as quais trazem significados pessoais, de grupo de tempo. Por exemplo, as tatuagens quando produzidas, geralmente apresentam um interesse da pessoa, e a opção por um tipo de tatuagem. Após essa reflexão junto a turma, o professor, pode estudar de modo específico com a turma possíveis interpretações acerca dos motivos botânicos, grafismos. Obviamente, que se sugere a pesquisa acerca desses diferentes motivos artísticos.

O Material informado no **Objeto de conhecimento 2, atividade 2**, comporta informações com relação aos motivos botânicos presentes nas loiças de produção local. Conhecimentos, os quais também podem ser localizados na **Dissertação do autor**, disponível nas referências. Quanto aos grafismos, a internet é uma importante ferramenta para localizar e estudar esses tipos de arte. Vale destacar que nem todas as sociedades indígenas praticam os grafismos, ainda que eles estejam com constâncias nessas populações, bem como, produzir loiças com motivos botânicos similar as loiças industriais, não significa que essas tecnologias não pertençam a tecnologias indígenas.

Sugere-se que os professores e turma, trabalhem de modo prático esses tipos de artes, para tanto, solicite aos alunos que desenvolvam pesquisas com relação a esses motivos, e os reproduza de modo prático em sala de aula. Trata-se de uma experiência interessante de ser realizada pelos professores e alunos, tentar produzir tatuagens ou algum símbolo pelo corpo. A seguir, disponibilizo um endereço com exemplos de produção dessas artes pelo corpo.



Os conteúdos acima, podem servir enquanto orientação para o estudo e reprodução dessas artes pelo corpo. Contudo, é interessante que ao reproduzi-las que seja feito a pesquisa antes, para saberem os significados. Bem como os procedimentos técnicos, presente nesses saberes.

Atividade 4 Subsistência alimentar.

Para essa atividade, pesquise junto aos alunos alimentos, cujas influências originárias é dos povos indígenas. Dentre eles, destaco os produtos derivados da mandioca. Sugiro que a abordagem se dê amplamente, procurando destacar não apenas os alimentos, mas todo o processo até resultar nesses alimentos. Informe aos alunos, que as sociedades indígenas possuíam outros comportamentos, muito diferente dos atuais, mais característicos de sociedades capitalistas. É importante lembrar e isso já foi discutido em aulas anteriores, que não se trata em considerá-los atrasados, são pessoas com outros comportamentos construídos ao longo dos séculos, e que influenciaram outras sociedades, tendo permanecido até os dias atuais.

É interessante recuperar das atividades anteriores, a ideia de cadeia operatória. Para o caso da mandioca, trace um quadro junto à turma, pontuando todo o processo, desde o plantio da mandioca, os cuidados, a produção de farinha e os alimentos que se derivam. Vocês poderão encontrar, inclusive, estudos alertando para a produção de farinha em alguns momentos da História brasileira, enquanto produto de grande valor, exportado para outros locais, inclusive para a Europa. Entretanto, recomenda-se que após a produção da cadeia operatória, procure fazer reflexões acerca da recorrência desse e outros saberes, muito presentes nas sociedades atuais. Reproduza essas mesmas experiências com outros alimentos, e faça reflexão quanto aos objetivos dessas práticas, o que elas representam para a nossa saúde, para a natureza, para os demais organismos da natureza, a exemplo das plantas, dos animais, para a economia e para os sujeitos menos favorecidos economicamente. Foque em atividades que estejam mais próximas da realidade dos alunos. Pode, inclusive, intercalar a agricultura tradicional, com a confecção de outros objetos com as loiças, os instrumentos de madeira, a pesca, a caça, etc. Podendo fazer paralelo com as crises climáticas, as doenças epidêmicas, os desastres naturais, e a desigualdade de alimentação.

Avaliação:

As avaliações podem ser desenvolvidas oralmente, retomando algumas temáticas ao final da aula. Ou poderá ser desenvolvidas em formato de textos, poemas, desenhos, ou uma explanação dos próprios alunos. Proponha avaliações, com as quais possam gerar outras temáticas para a aula seguinte. No caso das atividades que compõe o objeto de conhecimento 3, reflita oralmente com a turma acerca do processo, os conhecimentos adquiridos e os entendimentos quanto aos saberes, as formas de vida, a arte e todos os demais processos colocados na invisibilidade, quando, na verdade, estão muito próximos de nós e muitas vezes em desconhecimento.

Finalização da sequência didática.

Considerando que as atividades foram desenvolvidas de modo prático, envolvendo muitas pesquisas, reflexões e coleta de dados. Organize junto aos alunos uma dramatização, procurando valorizar e visibilizar esses saberes, conhecimentos e povos indígenas. Pode ser trabalhada a possibilidade de registro. É interessante que essa dramatização seja caracterizada em um contexto indígena do sertão da Bahia. Podem trabalhar com diferentes temporalidades, envolvendo personagens de modo que o material possa informar esses sujeitos em diferentes temporalidades, praticando diferentes situações do ontem e do hoje.

PARTE 5

AOS PROFESSORES

**OUTRAS POSSIBILIDADES
DE MATERIAIS PARA
ESTUDO DA HISTÓRIA E
CULTURA INDÍGENA**

Sugestões



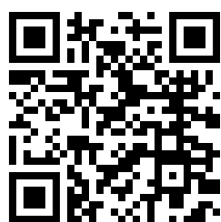
Acessando o endereço ao lado, você será direcionado para a página da exposição, “os primeiros brasileiros” produzida pela UFRJ e coordenada pelo professor João Pacheco de Oliveira. Além de conter informações seguras, há várias sugestões de brincadeiras, pesquisas sobre povos indígenas, visões de mundo, etc.



O Guia Didático, “Os primeiros brasileiros”, é resultado de esforço do Professor João Pacheco de Oliveira. Se trata de material idealizado para trabalhar em sala de aula, com alunos do Ensino Fundamental e Médio.



A Dissertação intitulada “A presença dos Kamakã-Mongoyó no Planalto da Conquista: Uma abordagem decolonial para o ensino de história e cultura indígena”. Comporta um Guia Didático e com ele, é possível acessar várias atividades voltadas para a temática indígena no Sudoeste da Bahia.



O canal IMBAÚ, é uma mídia independente, que promove debates, informações, seminários, entrevistas com povos indígenas da Bahia e outros lugares. Possui diversos arquivos em vídeos e imagens, músicas, oportuno para pesquisa com alunos e preparo de pauta para a aula.

Referências bibliográficas.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelho ideológico do Estado. Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1985.

AMARAL, Daniella Magri. Loiceiras, Potes e Sertões. **Um estudo etnoarqueológico de comunidades ceramistas do agreste/central pernambucano**. Tese (Doutorado em arqueologia) - Museu de Arqueologia e etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (org.). Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998, pp.185-228.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Artigos • Mana 12 (1) • Abr 2006 • disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000100002>. Acessado em 11/01/2024.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos**. In: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Constituição de 1988. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

GALHARDO, Danilo Alexandre; FACCIO, Neide Barrocá; LUZ, Juliana Aparecida Rocha. **O conceito antropológico de cadeia operatória, sua aplicação e contribuição no estudo de artefatos líticos arqueológicos**. Cadernos do LEPAARQ Vol. XII | n°23 | 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/4113/4087> acessado em 31.07. 2024.

GUMES, Marieta Lobão. **Caetité e o Clã dos Neves**. Mensageiro da Fé. Salvador. 1975.

KAYAPÓ Edson. BRITO, Tamiris. **A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?** Revista de Humanidades. Caicó, v. 15, n. 35, p. 38-68, jul./dez. 2014. Dossiê Histórias Indígenas.

MATOS, Marcio Santos. **“Meio índios”, “meio negros”**: Etnicidade e pobreza em Rio de Contas. Salvador, 2021.

MENDES, Bartolomeu de Jesus. **Caetité, a Terra, a Cultura e Sua Gente**. Gráfica Caetité. Caetité. 1996.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Capivara, Moreno Sapateiro e as relações entre indígenas e negros no Planalto da Conquista**. In: NASCIMENTO, Washington. **Antônio Onça e o mestre de Amansar Branco**. Trajetórias e saberes indígenas e africanos no sertão da Bahia. Rio de Janeiro, 2021.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorial e fluxos culturais**. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org) O nascimento do Brasil e outros ensaios: “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra capa, 2016.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **Índios paneleiros no planalto da Conquista: do massacre aos dias atuais**. Salvador, 2012. Dissertação.

OTT, Carlos. **Vestígios de cultura indígena no sertão da Bahia**. Publicações do Museu da Bahia, nº.05. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde, 1945.

SANTOS, Carlos André Cotrim dos. **O pertencimento das “loiceira” na localidade de São Miguel e outras possibilidades de Ensino, com histórias e culturas indígenas no Alto Sertão da Bahia**. Caetité, 2024. Dissertação.

SILVA, Ayalla Oliveira. **Ordem imperial e aldeamento indígena: Camacãs, Guerens e Pataxós no Sul da Bahia**. – Ilhéus, BA: Editus, 2018. Dissertação.

SILVA, Vanilda Alves da; REBOLO, Flavinês. **A educação intercultural e os desafios para a escola e para o professor**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 179-190, jan./mar. 2017. Disponível em DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2017-v.18-n.1\(14\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2017-v.18-n.1(14)) acessado em 31.07.2024.

SOUZA, Rafael de Abreu e. **Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob a ótica arqueológica**. Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica, 9(2), 2015, p. 36-62. <https://doi.org/10.31239/vtg.v9i2.1057>. Acesso em: 4 abr. 2024.

ZANETTINI, Arqueologia. **Programa de gestão do patrimônio arqueológico Parques Eólicos Renova Energia** (*LER 2010 e LER 2011*). Municípios de Caetité, Igaporã, Guanambi e Pindaí, estado da Bahia. Relatório de diagnóstico, julho de 2012b.